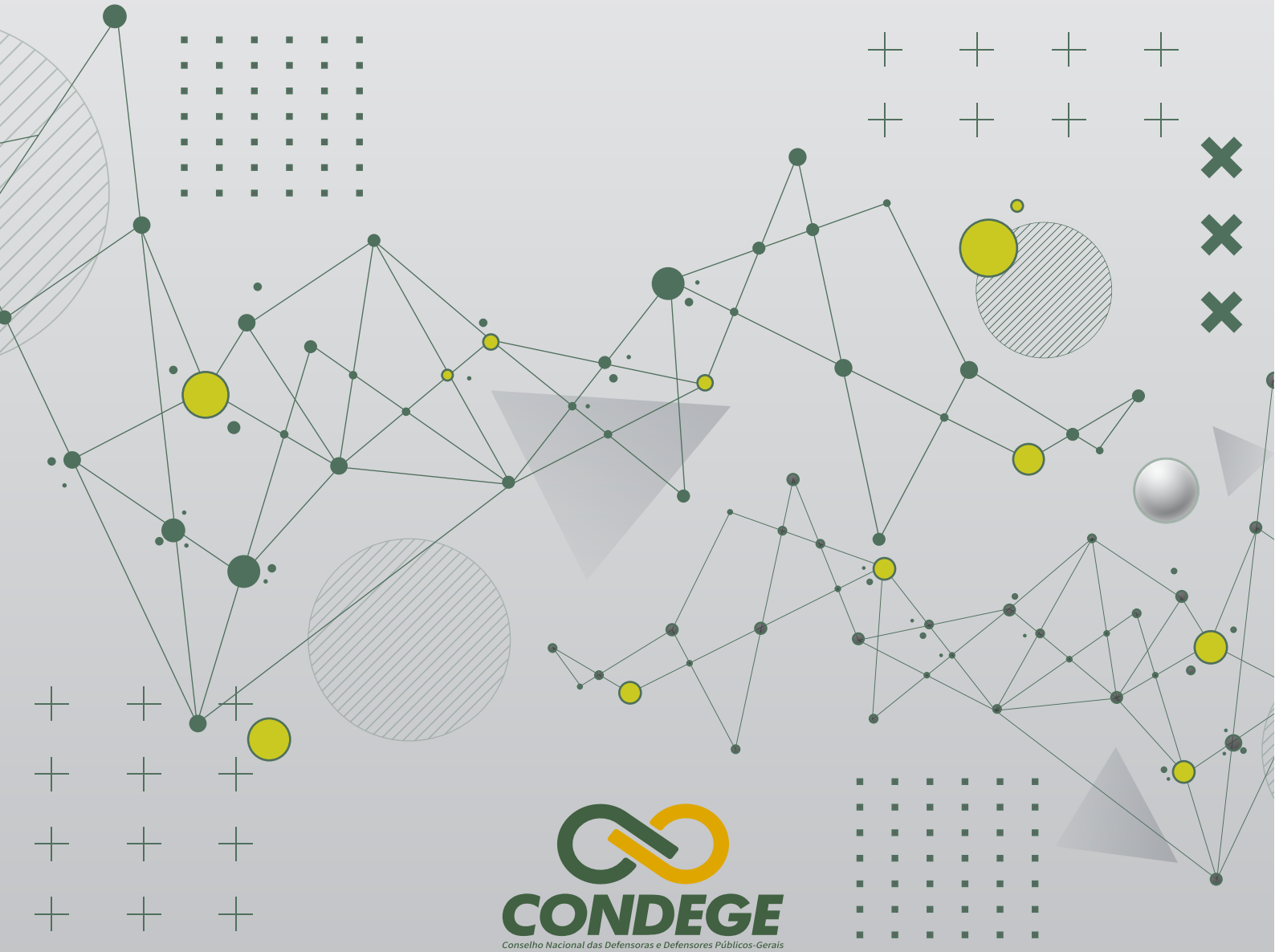
1ª Pesquisa Nacional

de Transformação Digital e Gestão de Tecnologia nas **Defensorias Públicas Estaduais**

Ano base 2024



CONDEGE

Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais



Sumario

Mensagem inicial **5**
Introdução **7**

Objetivos
Resultados Esperados **11**
A Metodologia **15**
A coleta de dados e as dimensões **19**
Panorama Nacional de Transformação Digital **23**
O Reconhecimento às Defensorias Destaques na Pesquisa Nacional **49**
Prêmio Defensorias Destaques da Pesquisa Nacional **55**
Prêmio Boas Práticas e Casos de Sucesso - Sïntese dos projetos inscritos **63**
Recomendações Estratégicas e Perspectivas de Ação **89**

Referências **95**
Créditos e Agradecimentos **97**



Mensagem Inicial

É com grande satisfação que apresentamos a **1ª Pesquisa Nacional de Transformação Digital e Gestão de Tecnologia nas Defensorias Públicas Estaduais**, uma iniciativa inédita e estratégica que reúne, pela primeira vez, um panorama nacional sobre os investimentos e realidade das áreas de tecnologia das Defensorias do Brasil. O envolvimento das 26 Defensorias Estaduais e da Defensoria Pública do Distrito Federal nesta pesquisa reafirma o comprometimento da nossa instituição com a modernização e com a construção coletiva de caminhos para fortalecer o acesso à justiça em todo o país.

A transformação digital já é uma realidade nas instituições públicas. Mais do que informatizar serviços, trata-se de evoluir processos, redesenhar experiências e utilizar a tecnologia como um instrumento de ampliação de acesso à justiça e cidadania. Para as Defensorias, essa jornada precisa ser guiada pelo nosso propósito maior: garantir os direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade. Por isso, esta pesquisa não é apenas técnica — ela é estratégica e humana.

Ao consolidar dados e indicadores sobre estratégias, orçamento, governança de TI, estruturas de equipe e sistemas, buscamos oferecer uma base concreta para que os Defensores Públicos-Gerais possam planejar suas ações tecnológicas com mais clareza e assertividade. Além disso, a iniciativa estimula a adoção de boas práticas que considerem a experiência dos assistidos, dos servidores e dos próprios defensores, valorizando soluções que sejam éticas, práticas e coerentes com a realidade institucional.

Tecnologias emergentes, como a inteligência artificial, estão redesenhando o futuro da atuação pública. No entanto, é fundamental que sua incorporação se dê com responsabilidade, segurança e foco em resultados concretos para a sociedade. A ampliação dos serviços e canais digitais é fundamental para garantir o acesso à justiça de forma mais ampla e eficiente, mas deve ser acompanhada por uma sólida proteção de dados e pela resiliência dos sistemas, assegurando a continuidade, a segurança e a confiança nos serviços prestados pela Defensoria Pública. Esta pesquisa é um passo essen-

cial para mapear o ponto de partida, inspirar a ação coordenada e promover uma cultura de inovação colaborativa entre as Defensorias.

Agradecemos a todas as instituições participantes, à equipe técnica que coordenou este trabalho e à parceria metodológica com o Gartner. Que esta publicação sirva como ponto de partida para uma agenda nacional cada vez mais alinhada com os desafios do presente e as possibilidades do futuro, sempre com justiça, equidade e dignidade como valores centrais.

Atenciosamente,

Dr. Oleno Matos (2023/2025)
Presidente do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais – CONDEGE

Dra. Maria Luziane Ribeiro de Castro (2025/2026)
Presidente do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais – CONDEGE

Dr. Matheus Cavalcanti Munhoz
Coordenador da Coordenadoria de Tecnologia do CONDEGE

Introdução

A transformação digital tem se consolidado como uma prioridade estratégica no setor público brasileiro, impulsionada pela necessidade de ampliar o acesso a serviços essenciais, melhorar a eficiência administrativa e responder às crescentes demandas da sociedade por transparência, agilidade e personalização. Iniciativas governamentais em todas as esferas têm buscado modernizar processos, integrar sistemas e promover experiências mais fluidas e digitais para o cidadão. No entanto, a maturidade digital entre as instituições públicas, reflete disparidades regionais, estruturais e orçamentárias.

As Defensorias Públicas Estaduais enfrentam desafios significativos para avançar de forma estruturada na Transformação Digital. A ausência de equipes técnicas especializadas, a escassez de recursos e a fragmentação de estratégias entre os estados dificultam a consolidação de uma cultura digital consistente e integrada. As exceções, ainda que inspiradoras, concentram-se majoritariamente nas Defensorias com maior tempo de existência e orçamentos mais robustos — muitas vezes proporcionais ao porte populacional e econômico dos estados em que estão inseridas. Nessas instituições, é mais comum encontrar profissionais de tecnologia dedicados não apenas à digitalização de serviços, mas ao desenvolvimento contínuo de uma cultura de transformação, inovação e articulação nacional. Soma-se a isso a crescente preocupação com projetos que promovam uma melhor experiência para os(as) assistidos(as), defensoras(es) e servidoras(es), buscando soluções mais humanas, eficientes e acessíveis.

Nesse contexto, torna-se essencial uma pesquisa que permita a construção de um **referencial comparativo** — um espelho estratégico que revele boas práticas, identifique lacunas e estabeleça parâmetros concretos. Mais do que um retrato do presente, a pesquisa oferece às Defensorias uma base sólida para definir metas realistas, orientar seus planejamentos estratégicos e buscar, de forma colaborativa, um novo patamar de maturidade digital

Dados do Gartner revelam que **76% dos governos digitalmente avançados escalaram com sucesso o digital em suas organizações**, sublinhando a impor-

tância de iniciativas como a Pesquisa Nacional de Transformação Digital nas Defensorias para alcançar essa mesma escalabilidade. Além disso, esses governos mais avançados digitalmente utilizam uma variedade de métricas claramente calculadas para quantificar os benefícios do digital e sua contribuição para a missão organizacional, prática que a referida pesquisa busca emular ao criar métricas-chave para as Defensorias.

A pesquisa do Gartner também aponta que metade dos governos digitalmente avançados emprega o **design centrado no ser humano**, em contraste com apenas 15% dos menos avançados. A preocupação crescente das Defensorias com projetos que aprimorem a experiência de assistidos, defensoras e servidores reflete um alinhamento com essa abordagem focada no usuário.

Governos digitalmente avançados demonstram um foco equilibrado em iniciativas transformacionais, direcionadas à missão, e em iniciativas de otimização para sustentar a expansão das soluções digitais. As iniciativas de modernização e integração de sistemas mencionadas no contexto das Defensorias ecoam essa estratégia dual.

No que tange à avaliação do sucesso, mais de 50% dos governos digitalmente avançados calculam e reportam as contribuições de soluções digitais em áreas como resultados associados ao propósito público ou missão, conformidade regulatória, transparência e auditabilidade, e aumento do alcance de serviços governamentais. A Pesquisa Nacional de Transformação Digital, ao objetivar a criação de métricas de comparação, busca capacitar as Defensorias a avaliarem seu progresso de maneira análoga a esses governos líderes.

Finalmente, governos digitalmente avançados apresentam uma maior probabilidade de implementar tecnologias como plataformas de identidade digital cidadã, plataformas de integração, ferramentas de automação de processos robóticos (RPA) e plataformas de desenvolvimento de aplicativos de baixo código, além de tecnologias de inteligência artificial, como chatbots e análise preditiva. A coleta de dados sobre os sistemas de TI existentes nas Defensorias representa um passo crucial para compreender o panorama tecnológico atual e identificar oportunidades para a adoção de tecnologias mais avançadas.

Neste processo de modernização institucional e fortalecimento da integração nacional, o **Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais** (CONDEGE) tem exercido um papel estratégico. Por meio da atuação da **Coordenadoria de Tecnologia**, o Condege tem promovido a criação

de comissões temáticas que estimulam a troca de experiências, a disseminação de boas práticas e a construção de soluções colaborativas entre as Defensorias Públicas dos diferentes estados. Essas comissões têm se consolidado como espaços de articulação técnica e política, aproximando gestoras(es), equipes de TI e outras áreas-chave, com foco na construção de uma agenda nacional alinhada aos desafios e oportunidades da transformação digital. Com protagonismo crescente, a Coordenadoria de Tecnologia tem atuado de forma transversal, articulando-se com outras coordenadorias e levando soluções tecnológicas tanto para as áreas meio quanto para as áreas finalísticas, ampliando o impacto da inovação na promoção de justiça e cidadania. Essa atuação integrada tem contribuído para reduzir desigualdades regionais, estimular o desenvolvimento institucional e fortalecer a maturidade digital das Defensorias em todo o país.

Nesse sentido, **a Pesquisa Nacional de Transformação Digital** se revela uma iniciativa essencial e estratégica que visa compreender o estado atual da transformação digital nas Defensorias Públicas relativamente a um determinado ano (atualmente 2024) e, em última instância, impulsionar a maturidade digital das Defensorias, alinhando-as com as tendências e o sucesso observados em governos digitalmente avançados globalmente.A pesquisa coleta uma série de dados relacionados às Defensorias, incluindo informações gerais, estratégias de inovação, governança de TI, execução do orçamento de TI, estrutura e capacidades da equipe de tecnologia, sistemas de TI existentes e indicadores de estratégia de execução digital.



Objetivos e Resultados Esperados



Este levantamento tem como finalidade identificar o estágio atual das Defensorias Públicas Estaduais em relação à transformação digital, por meio da coleta de informações sobre estratégias, estrutura, orçamento e indicadores de tecnologia. A partir disso, busca-se promover maior transparência, fomentar a colaboração entre as instituições e estabelecer métricas que apoiem a melhoria contínua e o reconhecimento de boas práticas na área digital.

Objetivos

- Identificar a situação atual das Defensorias Públicas Estaduais no que diz respeito à transformação digital;
- Coletar dados sobre suas informações gerais, estratégias de inovação, transformação e governança de tecnologia da informação;
- Reunir informações sobre como o orçamento de TI está sendo executado;
- Compreender a estrutura e as principais competências da equipe de TI;
- Identificar os sistemas de TI existentes e sua estrutura;
- Coletar indicadores relacionados a estratégias de execução digital, modelo operacional digital e plataformas de tecnologia digital.

Resultados Esperados:

- Aumentar o conhecimento e a transparência entre as Defensorias e com a sociedade sobre sua estrutura para a transformação digital e as principais estratégias;
- Fomentar a troca de conhecimento, experiências, ferramentas (sistemas) e a colaboração entre as Defensorias para acelerar a transformação digital e otimizar recursos;
- Criar métricas-chave para que as Defensorias possam se comparar e estabelecer objetivos ou metas de melhoria para sua execução digital;
- Reconhecer as Defensorias que se destacaram no ano atual em Estratégia de Execução Digital, Modelo Operacional para Transformação Digital e Plataformas Digitais.

A Metodologia





A **Pesquisa Nacional de Transformação Digital**, em sua primeira edição, foi realizada entre janeiro e maio de 2025, com a participação de todas as **26 Defensorias Públicas Estaduais e da Defensoria Pública do Distrito Federal**. Esse engajamento nacional reforça a relevância e a urgência do tema, evidenciando o compromisso institucional com o avanço da maturidade digital no sistema de acesso à justiça.

A coleta de dados foi conduzida por meio de planilhas preenchidas pelas Defensorias participantes (autodeclaração), contendo um conjunto estruturado de perguntas sobre aspectos estratégicos, operacionais e tecnológicos. Após o envio das respostas, as informações foram validadas por integrantes da **Comissão do Ecossistema das Defensorias**, que fizeram algumas entrevistas e, quando necessário, solicitaram documentos comprobatórios ou realizaram diligências complementares, sempre com o objetivo de garantir a fidedignidade dos dados.

Do ponto de vista metodológico, a **Pesquisa Nacional de Transformação Digital** adota como principal referência o ***Digital Execution Scorecard*** **(DES),** desenvolvido pela consultoria Gartner. Esse modelo permite avaliar a estratégia digital e o grau de ambição das instituições por meio de um conjunto estruturado de **indicadores-chave de desempenho (KPIs),** agrupados em dimensões estratégicas. O DES tem como principal objetivo **acelerar a tomada de decisões e impulsionar a execução da estratégia digital**, auxiliando as organizações no planejamento e comunicação de um roteiro digital, na priorização dos fatores críticos de sucesso e na definição de métricas comuns de acompanhamento.

A metodologia também permite comparar o desempenho atual com o nível de ambição organizacional ou com o desempenho de instituições pares, classificando as Defensorias em três níveis: **Fundamental, Convencional ou Líder do Setor**. O DES contempla áreas como serviços governamentais digitais, excelência na experiência do cidadão, eficiência operacional, otimização de recursos, mitigação de riscos, prioridades digitais estratégicas, além de elementos do modelo operacional — como financiamento, cultura e estrutura organizacional — e componentes tecnológicos, como nuvem, inteligência artificial, análise de dados e plataformas digitais voltadas ao cidadão.

Complementando o uso do DES, a pesquisa também incorpora conceitos do **IT Key Metrics Data**, da Gartner, que orientam a **análise da alocação orçamentária, da estrutura de pessoal de TI e das prioridades de investimento tec-**

nológico. O foco da pesquisa sobre o orçamento de TI está alinhado a esses princípios, reforçando a importância de medir e comparar dados de gastos e estrutura tecnológica para aprimorar a gestão de custos. Ferramentas como **o Gartner IT Budget Tool** são referências recomendadas nesse processo, pois ajudam a estabelecer linhas de base, monitorar a evolução dos investimentos e identificar áreas com maior potencial de ganho. Ao coletar informações detalhadas sobre o orçamento de TI das Defensorias, a pesquisa oferece às instituições participantes a possibilidade de **comparar seus dados com os de organizações semelhantes**, utilizando frameworks consolidados e descubram oportunidades de otimização e eficiência na gestão de seus recursos.

A própria definição da metodologia da pesquisa e a consolidação dos resultados contaram com o apoio técnico e metodológico da equipe da Gartner, que atuou diretamente na estruturação dos indicadores, na organização das dimensões analíticas e na definição dos parâmetros de avaliação. Esse suporte assegurou rigor técnico, alinhamento com as melhores práticas internacionais e robustez ao modelo adotado, reforçando a confiabilidade, a comparabilidade dos dados e o potencial da pesquisa como um instrumento estratégico para o planejamento digital das Defensorias Públicas.



A coleta de dados e as dimensões



Os dados coletados por meio da pesquisa têm dois propósitos complementares. Uma parte será utilizada para compor **análises comparativas entre as Defensorias Públicas**, permitindo que cada instituição identifique sua posição relativa em relação a pares com características semelhantes, o que contribui para o autoconhecimento institucional e a definição de metas estratégicas. Outra parte dos dados será direcionada à construção de indicadores específicos que compõem **os critérios de avaliação das três categorias de premiação**. A premiação tem como objetivo **reconhecer e valorizar as Defensorias** que se destacam em áreas estratégicas da transformação digital, como **estratégia de execução, modelo de operação digital e plataformas tecnológicas.** Estes prêmios são baseados em um total de **26 indicadores com pesos variados**, e cada **categoria será pontuada em 100 pontos**.

As informações solicitadas na Pesquisa Nacional de Transformação Digital abrangem diversas áreas, incluindo:

- **Dados Gerais:** Incluem o orçamento e o quadro de pessoal da Defensoria e de sua área de TI. Também questiona sobre a Estratégia de Crescimento e Transformação Digital adotada, cobrindo aspetos como novos modelos de atuação, novos produtos ou serviços, otimização de custos, melhoria da produtividade da força de trabalho, melhoria da experiência do cidadão/sociedade, aumento da utilização de ativos e redução de riscos de segurança, privacidade, regulatórios ou legais. A pesquisa também indaga sobre a colaboração com outras entidades e a existência e estrutura de laboratórios de inovação.
- **Orçamento de TI:** A pesquisa explora como o orçamento de TI foi utilizado para a manutenção operacional (Run the Business), crescimento dos sistemas existentes e transformação através de novos serviços ou modelos de atuação. Também pergunta sobre a alocação do orçamento de TI para áreas como experiência do cidadão/sociedade, local de trabalho digital, IA/IA Generativa/Machine Learning, desenvolvimento e manutenção de sistemas, serviços de nuvem e segurança da informação e privacidade de dados. Além disso, investiga a utilização do orçamento por função (governança, segurança, desenvolvimento, infraestrutura, suporte ao usuário) e por elemento de TI (pessoal, capacitação, hardware, redes, software, serviços de nuvem, terceirização).
- **Pessoal de TI:** São coletadas informações sobre o número de funcionários de TI, seus cargos, funções, salários e tipo de vínculo, bem como

as certificações profissionais possuídas pela equipe de TI.

- **Sistemas de TI:** A pesquisa busca detalhes sobre os sistemas existentes, suas funções, tecnologia e se foram desenvolvidos internamente.
- **Indicadores Estratégicos e de Operação:** A pesquisa inclui a coleta de indicadores para três categorias de premiação: **Prêmio Estratégia de Execução Digital**, **Prêmio Modelo de Operação Digital** e **Prêmio Plataforma Digital**.



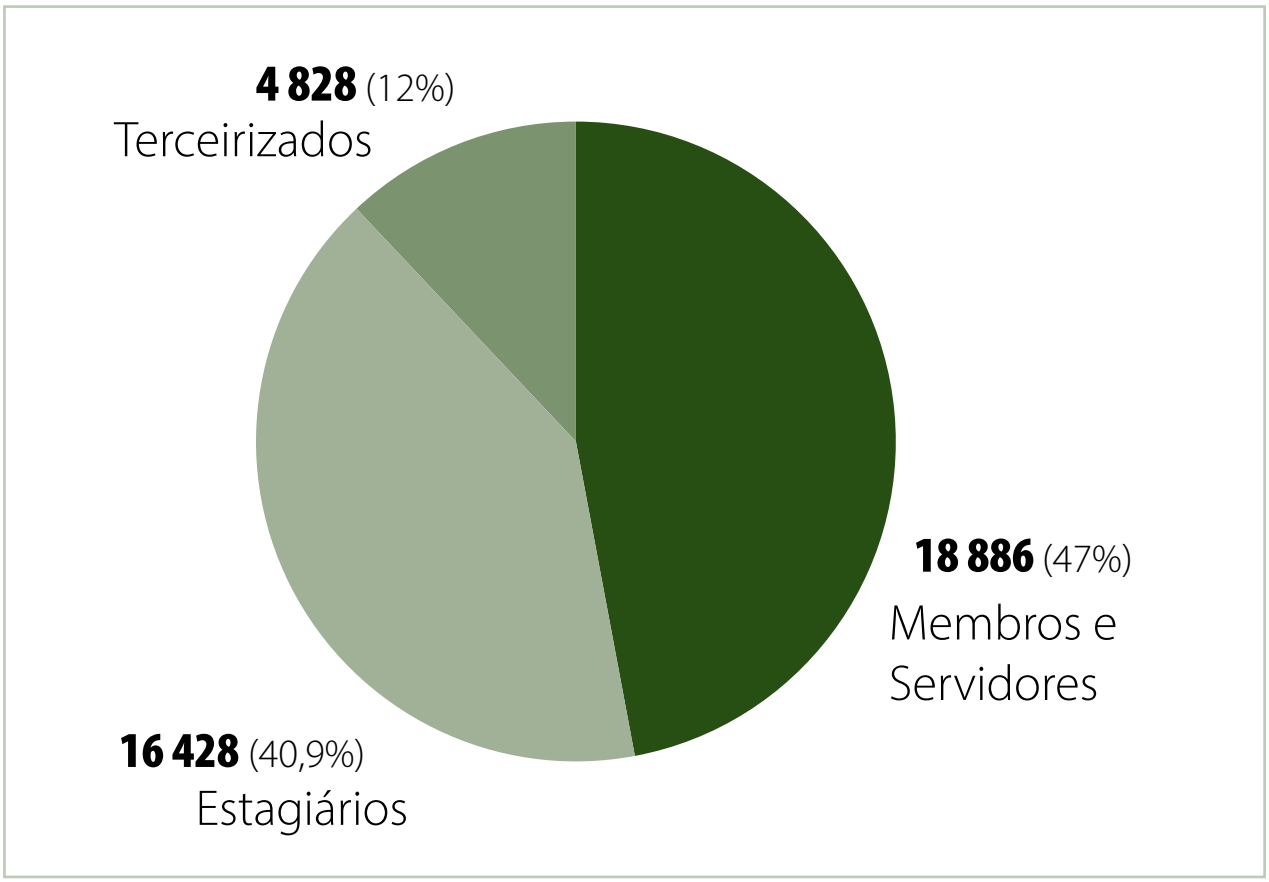
Panorama Nacional de Transformação Digital



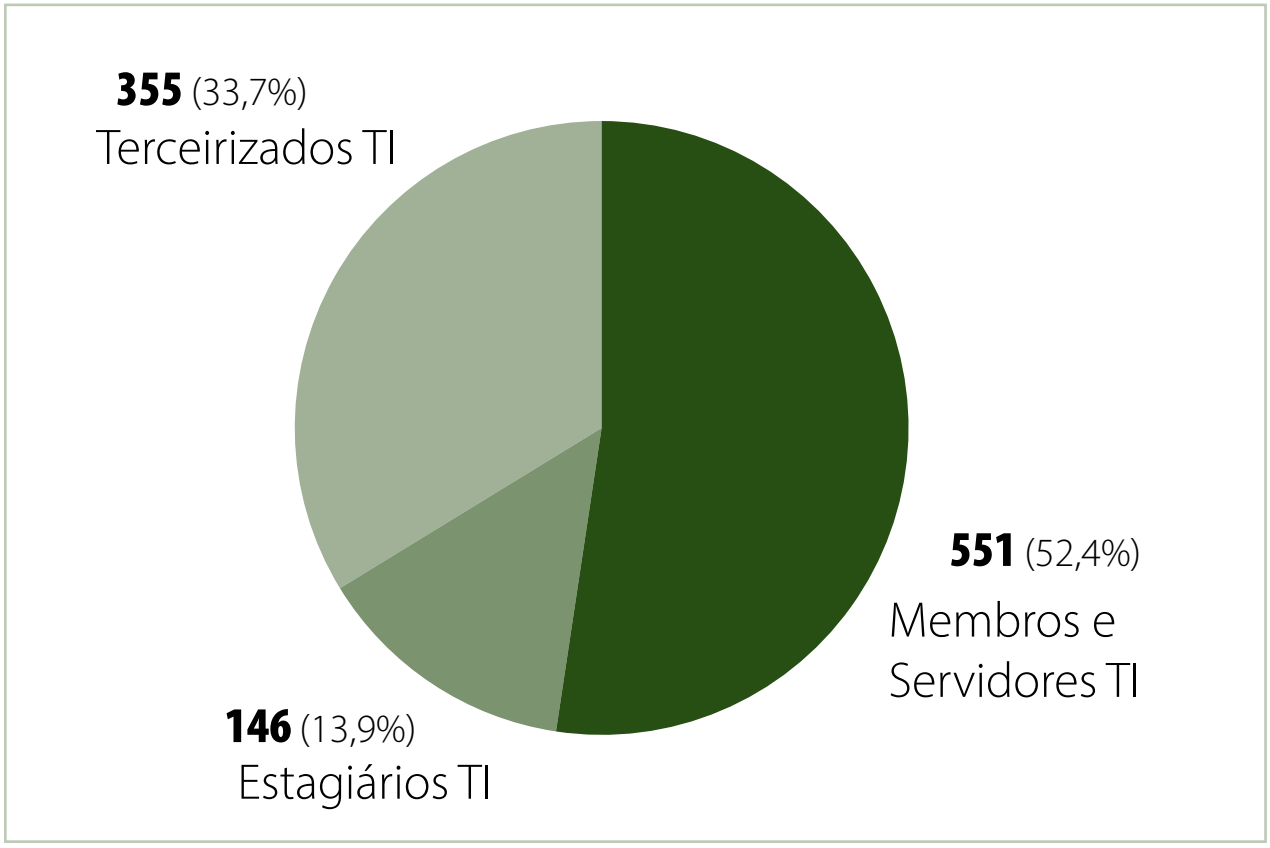
As Defensorias em Números:

Conforme a Pesquisa realizada, alguns números das Defensorias precisam ser destacados, são eles:

- As Defensorias do Brasil contam com um total de 40.142 colaboradores, sendo que , deste número, 18.886 são membros e servidores, 16.428 são estagiários e 4.828 são terceirizados



- Especificamente na área de Tecnologia da Informação (TI), há 1.052 colaboradores, sendo que 551 são membros e servidores na TI, 146 são estagiários e 355 são terceirizados na TI.



Orçamento geral das Defensorias também foi identificado e o total é de R$ 7.556.393.991. Em 2024, o gasto total com TI foi de R$ 423.566.621, dos quais R$ 117.262.443 foram destinados a estratégias de crescimento e/ou transformação. O quadro abaixo mostra alguns outros detalhes do orçamento das Defensorias:

R$ 7,556,393,991	é o orçamento total das Defensorias
R$ 423,566,621	foi o gasto total com TI em 2024, sendo que
27.68%	
R$ 117,262,443	foram destinados para estratégias de crescimento e/ou transformação
	Para formas de uso dos recursos de TI:
R$ 17,305,917	foram para melhoria da experiência do cidadão/sociedade
R$ 8,230,469	foram para os sistemas principais das Defensorias

R$ 6,446,884	foram para ferramentas de inteligência artificial
R$ 22,970,286	foram para serviços e soluções em nuvem
R$ 11,394,828	foram para segurança da informação e privacidade de dados
R$ 4,113,487	foram para data&nalytics e governança de dados
	Para a destinação por áreas, :
R$ 15,896,570	foram para governança, gestão e planejamento de TI
R$ 48,218,580	foram para desenvolvimento e sustentação de sistemas e aplicações
R$ 81,496,307	foram para infraestrutura e operação
R$ 54,834,342	Com relação ao gasto com pessoas e seu desenvolvimento:
R$ 53,975,233	foram destinados para pessoal - 12.7% do total
R$ 859,109	foram para capacitação e treinamento - 0.2% do total

No quesito colaboração com outros órgãos, vinte das vinte e sete Defensorias (20 de 27) compartilharam conhecimento, ferramentas ou aplicações com outras organizações, Em 15 desses casos, houve apoio com capacitação e/ou treinamento.

Entre os exemplos de compartilhamento estão:

- A Defensoria do Acre compartilhou a "Calculadora de Pensão".
- Diversas Defensorias colaboraram no desenvolvimento do sistema SOLAR, compartilhando códigos de relatórios, configurações de integração com Active Directory, implementação de autenticação de dois fatores, melhorias de layout e troca de conhecimento da documentação MNI dos sistemas do judiciário.
- A Defensoria da Bahia compartilhou sistemas como SIPED, SICAD, Honorário e Classificador de relatos (IA).
- A Defensoria de Goiás compartilhou o Projeto Meu Pai tem Nome Nacional.
- A Defensoria do Maranhão compartilhou o SISTEMA GIRO e SISTEMA KIWI.
- A Defensoria do Rio Grande do Sul compartilhou o ERP utilizado.
- A Defensoria de São Paulo compartilhou sistema interno de Recursos Humanos, Concurso de remoção de membros, Defensor.IA e modelo de

atendimento digital. Os compartilhamentos foram feitos com diversas Defensorias Públicas do Brasil, Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos, Universidades Federais e até com a Prefeitura de Campo Grande e o BNDES..

Nove Defensorias declararam possuir um laboratório de inovação formalmente constituído. Alguns exemplos incluem:

- A Defensoria da Bahia visa estimular o desenvolvimento de soluções criativas e inovadoras para enfrentar desafios internos, otimizando recursos. Seu modelo é um ambiente colaborativo com espaço físico e digital para brainstorming, coordenado por um profissional de TI e com participação de estagiários e outros colaboradores.
- Defensoria do Ceará busca soluções eficazes a partir das demandas reais da instituição, com foco nos assistidos, atuando como um elo entre a Defensoria e o ecossistema de inovação. Eles já criaram projetos como a "Linguagem Simples" em documentos oficiais e materiais informativos, o "Novo FrontEnd do Solar" e o "Sistema de Ajuda do Solar". Atualmente, estão desenvolvendo a "Assistente Virtual Dona Dedé" e materiais informativos em Linguagem Simples para consulta de processos.
- A Defensoria do Paraná possui o "Laboratório Júnior de Inovação e Tecnologia" (desenvolvimento por estagiários) e o "INOVADEF", que busca criar e desenvolver projetos inovadores e disseminar a cultura de inovação. O Laboratório Júnior está desenvolvendo o "e-Defensor", um aplicativo de celular para atendimento ao público.
- A Defensoria do Rio de Janeiro tem como objetivo desenvolver soluções eficientes usando metodologias ágeis e linguagem simples para melhorar o acesso da população à justiça. Projetos já criados incluem Chatbot de Atendimento, Portal da Transparência e Diário Oficial. Estão trabalhando na melhoria da experiência do usuário do Aplicativo Defensoria RJ e do Sistema Verde Varas, e na reformulação de documentos utilizando a metodologia da linguagem simples.
- A Defensoria de São Paulo desenvolveu o "Defensor.IA", modernização de soluções internas, e um protótipo de atendimento offline (MAO).

Dezesseis Defensorias declararam ter realizado algum tipo de Prova de Conceito. No total, foram identificadas 34 Provas de Conceito realizadas nessas Defensorias.Exemplos de objetivos e resultados incluem:

- A Defensoria do Amapá realizou POCs para avaliar o uso de Inteligência Artificial para integração de sistemas e o uso de APs empresariais. Os resultados foram satisfatórios e promissores, com a IA demonstrando capacidade de substituir outras ferramentas e os APs apresentando maior praticidade e eficiência, motivando o processo de contratação de novos APs.
- A Defensoria da Bahia conduziu POCs para avaliar a aderência das soluções às necessidades da instituição e validar a viabilidade técnica, funcional ou operacional. Os resultados foram satisfatórios, levando à decisão de fornecer evidências concretas para justificar a adoção, adaptação ou descarte das soluções.
- A Defensoria do Paraná realizou diversas POCs, com objetivos como testar Access Point, Google Workspace, IA Generativa (com CELEPAR), Data Lake (com CELEPAR), Google GEMINI e plataformas de mediação. Os resultados foram positivos e motivaram a contratação de algumas das empresas prestadoras de serviços, enquanto outras POCs ainda estão em andamento.
- A Defensoria da Paraíba realizou POCs para identificar riscos e limitações, avaliar o retorno sobre investimento (ROI), testar novas tecnologias com IA e ferramentas de monitoramento de rede, e testar ferramentas de segurança baseadas em IA. Os resultados levaram à descoberta de ameaças e à decisão de incluir uma ferramenta na lista de aquisição para 2025, motivada pela necessidade de acompanhar as tendências de TI e pelo bom resultado da ferramenta.
- A Defensoria do Tocantis realizou POCs com foco em transparência e e-Protocolo, entre outros. Todas as aplicações foram bem avaliadas, atendendo às especificações técnicas e de viabilidade, resultando em melhoria no acesso dos usuários, redução de tempo nos processos e aumento da nota no portal da transparência. A decisão foi implantar os sistemas em toda a Defensoria, motivada pelo ganho de eficiência e pela análise de viabilidade.

Com relação a Governança, quinze Defensorias afirmaram possuir uma estrutura de Governança Corporativa, sendo identificados 41 Comitês de Governança formalmente constituídos. Adicionalmente, 17 Defensorias indicaram a existência de um Comitê de Tecnologia da Informação constituído.

Métricas de TI

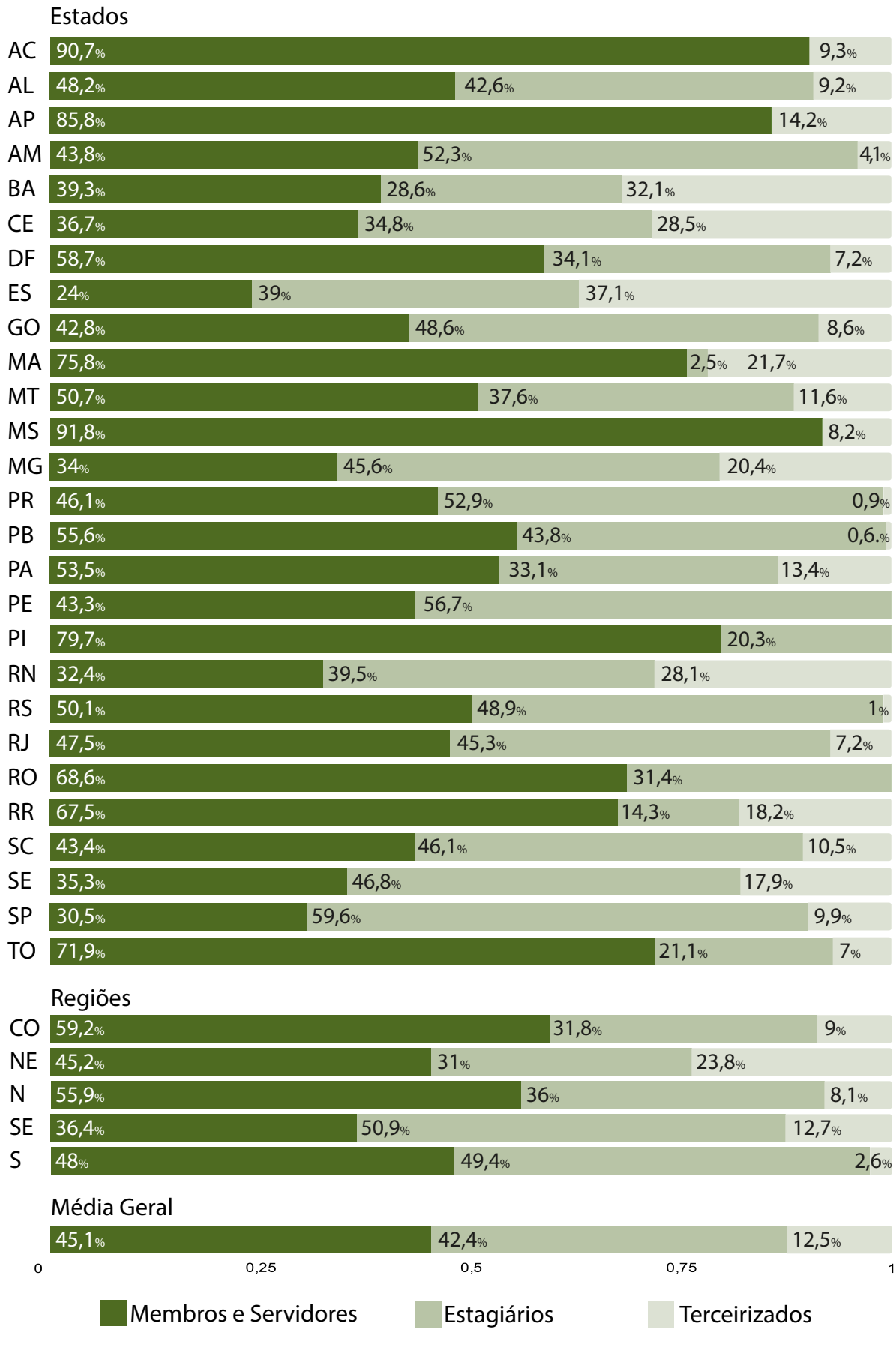
As métricas de TI, parte da Pesquisa Nacional de Transformação Digital e Gestão de Tecnologia nas Defensorias Públicas Estaduais, foi realizada com base na metodologia IT Key Metrics Data do Gartner, buscando oferecer um panorama detalhado dos investimentos e da estrutura de tecnologia.

Os principais resultados obtidos nesta pesquisa sobre métricas de TI são:

- A mediana do gasto das Defensorias com TI foi de 3,2% do orçamento total, sendo interessante destacar que os estudos do Gartner com relação ao segmento municipal e estadual de governos mostra uma mediana mundial superior, equivalente a 4,7%.
- O número de colaboradores em TI tem uma mediana de 2,5% do total de colaboradores das Defensorias, sendo que os estudos do Gartner mencionados no item acima mostram 3,9% no mundo.
- Por fim, há um R$ 7.032,22 é a mediana do gasto de tecnologia com cada colaborador, sendo que os estudos do Gartner mostram um valor acima no mundo - U$ 11.171.

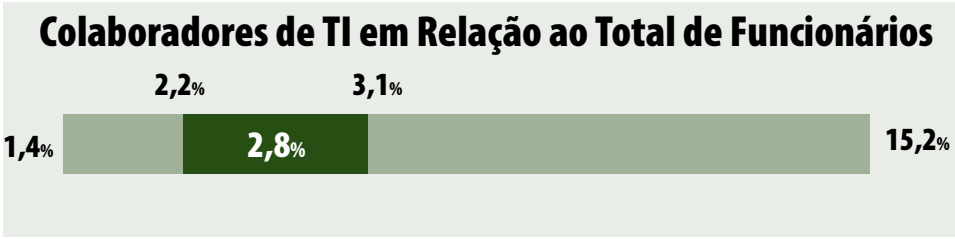
Obs.: Entende-se como colaborador a somatória de membros, servidores, estagiários e terceirizados apontados pelas Defensorias.

Colaboradores nas Defensorias



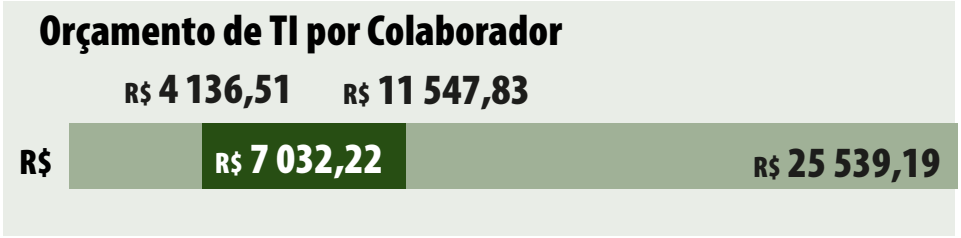
2,5%

Mediana dos Colaboradores de TI em comparação ao Total de Colaboradores (Membros, Servidores, Estagiários e Terceirizados)



R$ 7 032,22

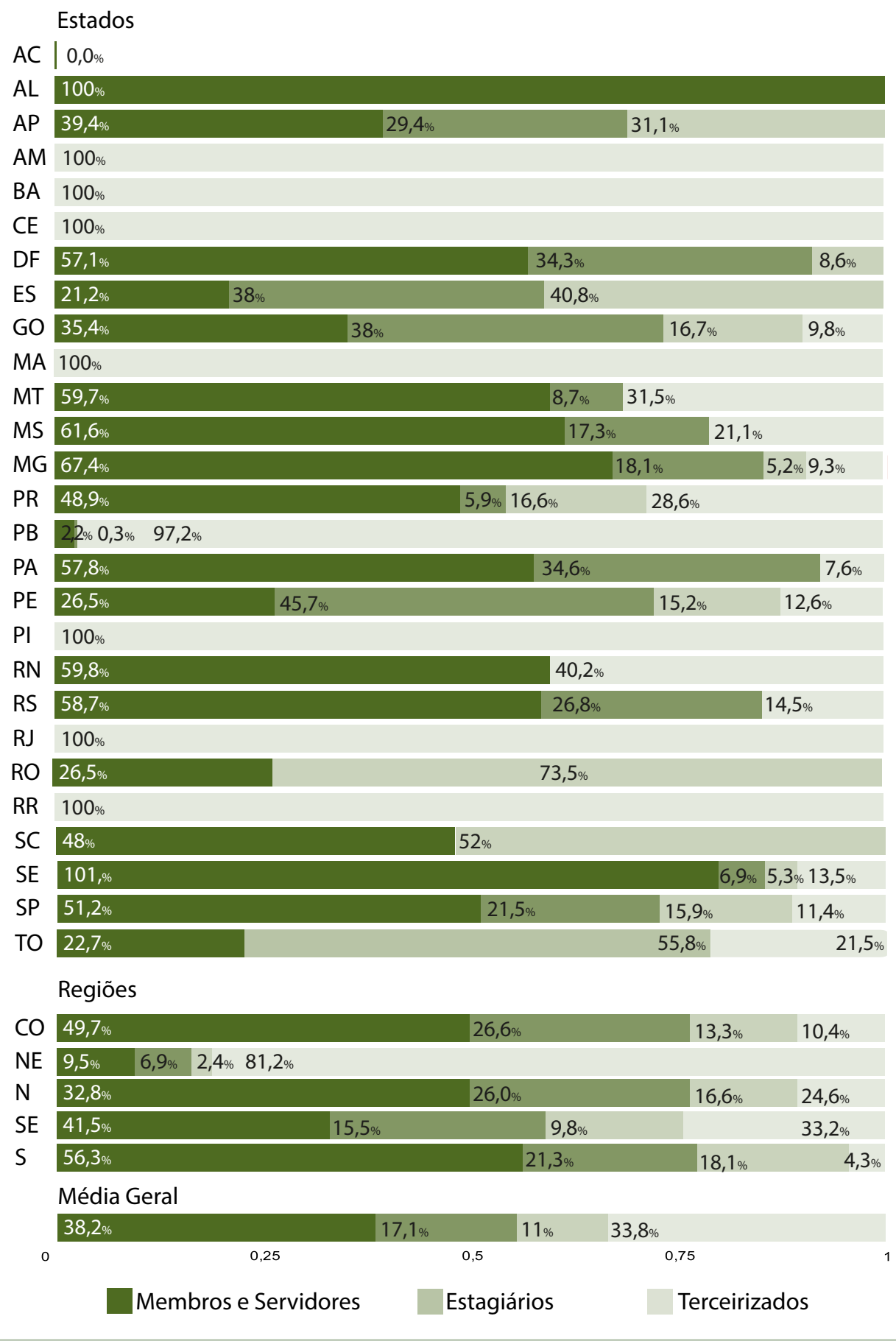
Gasto Médio de TI por Funcionário (Membros, Servidores, Estagiários e Terceirizados



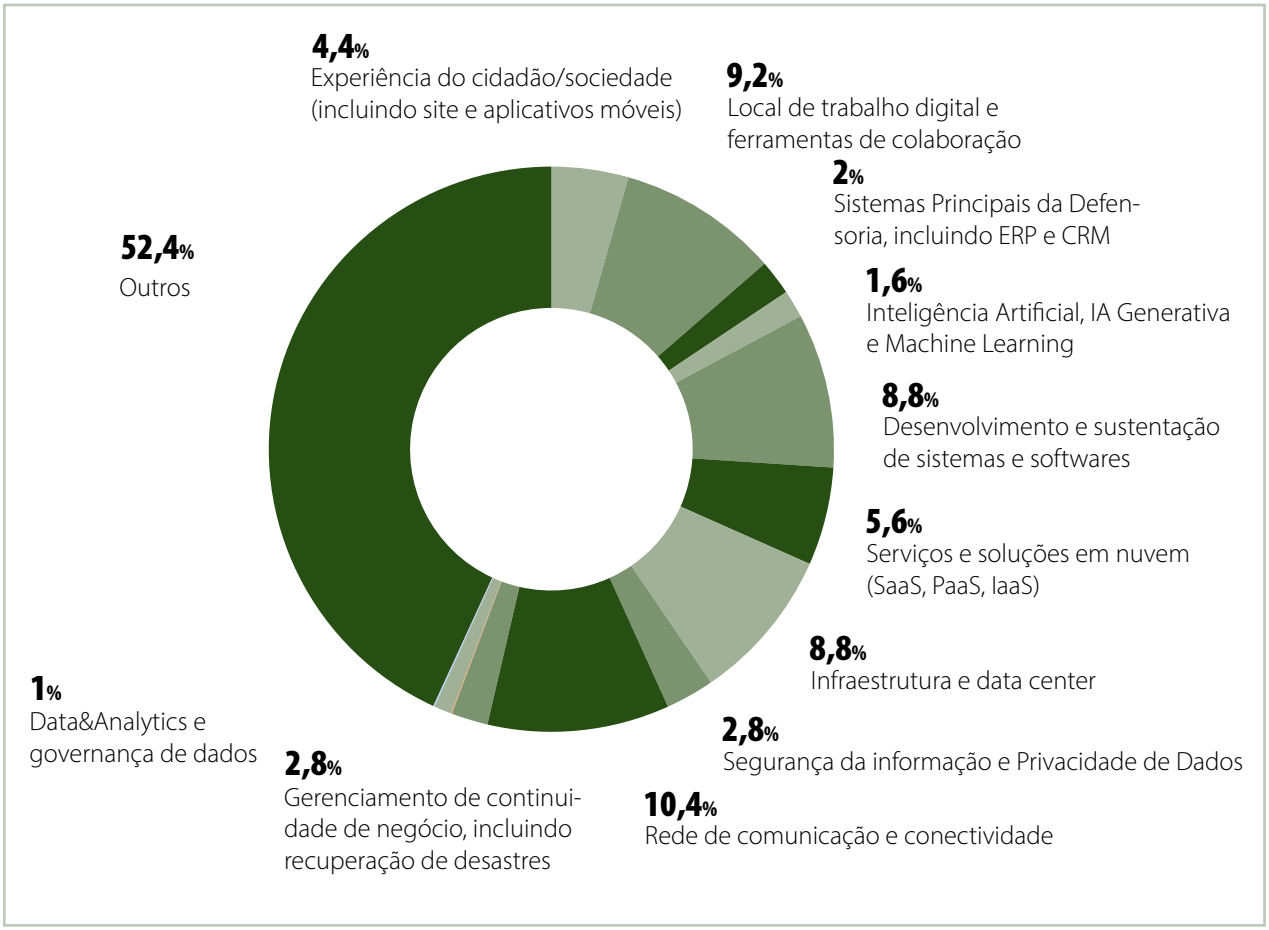
Orçamento das Defensorias

O gasto total com TI nas Defensorias em 2024 foi de R$ 423.566.621. Desse total, R$ 117.262.443 foram direcionados para estratégias de crescimento e/ou transformação - o que representa 28% do total. O valor é bem superior ao que o Gartner identifica em clientes de governo municipal e estadual n o mundo, onde as iniciativas de crescimento e transformação são de 14% do total do orçamento.

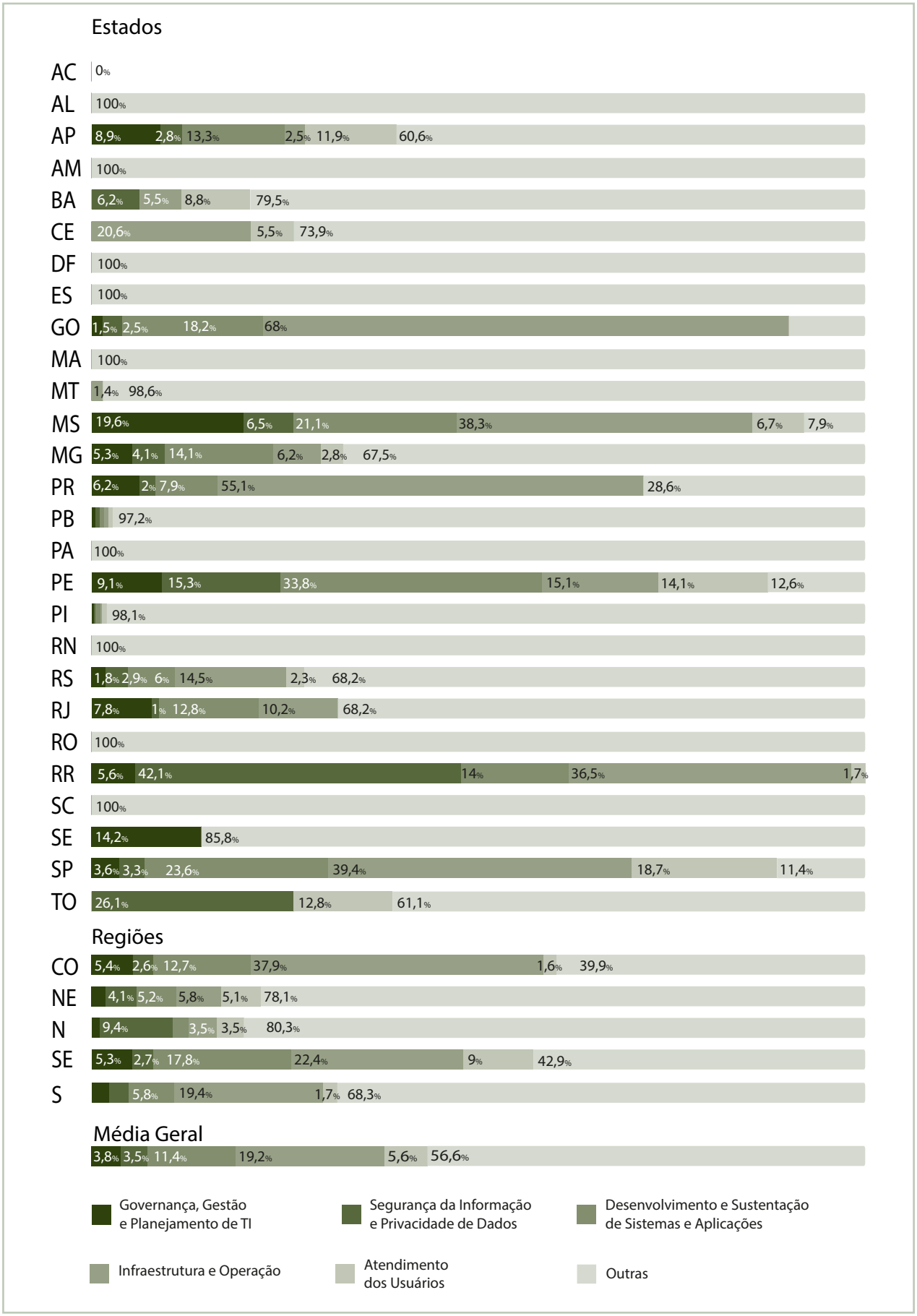
Distribuição do Orçamento das Defensorias por Categoria



Dos gastos distribuídos por categorias e destinação de área há uma grande concentração em "outros", assim pode ser interessante melhores os controles orçamentários para se obter dados que possam serem melhor trabalhados no futuro.

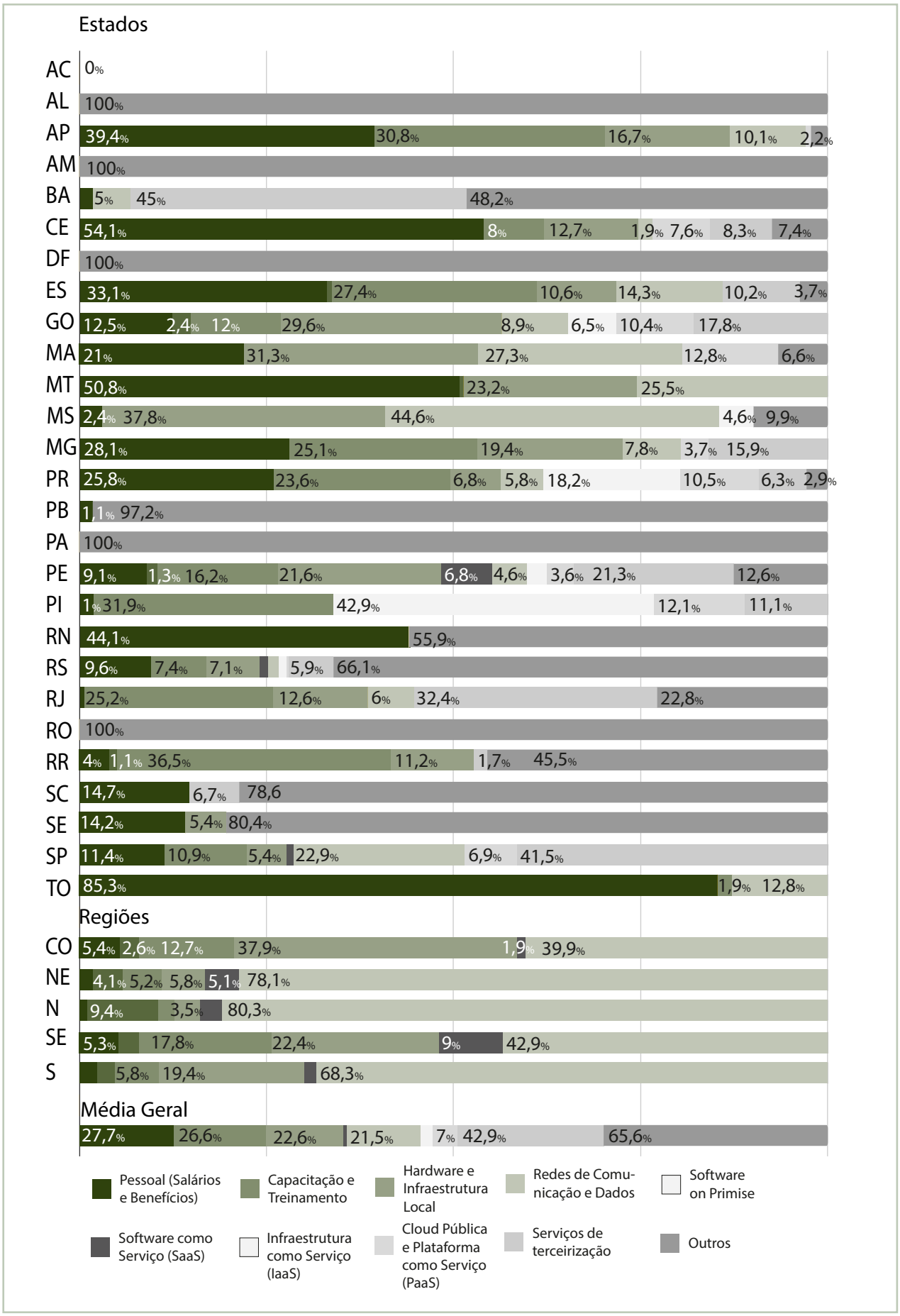


Distribuição do Orçamento por Áreas das Defensorias



Por fim, os gastos por tipo mostram uma alocação bem abaixo para pessoal e capacitação do que o Gartner vê no mundo em governo municipal e estadual. As Defensorias somadas usam cerca de 28% de seu orçamento com pessoal (salários e benefícios) e capacitação profissional, enquanto o Gartner aponta somente de pessoal 42% do orçamento, sem contar os 11% que aparecem com terceirização tradicional.

Distribuição do Orçamento por Tipo das Defensorias



Certificações

Os principais tipos de certificações encontradas nas Defensorias Públicas, conforme os dados da pesquisa, incluem:

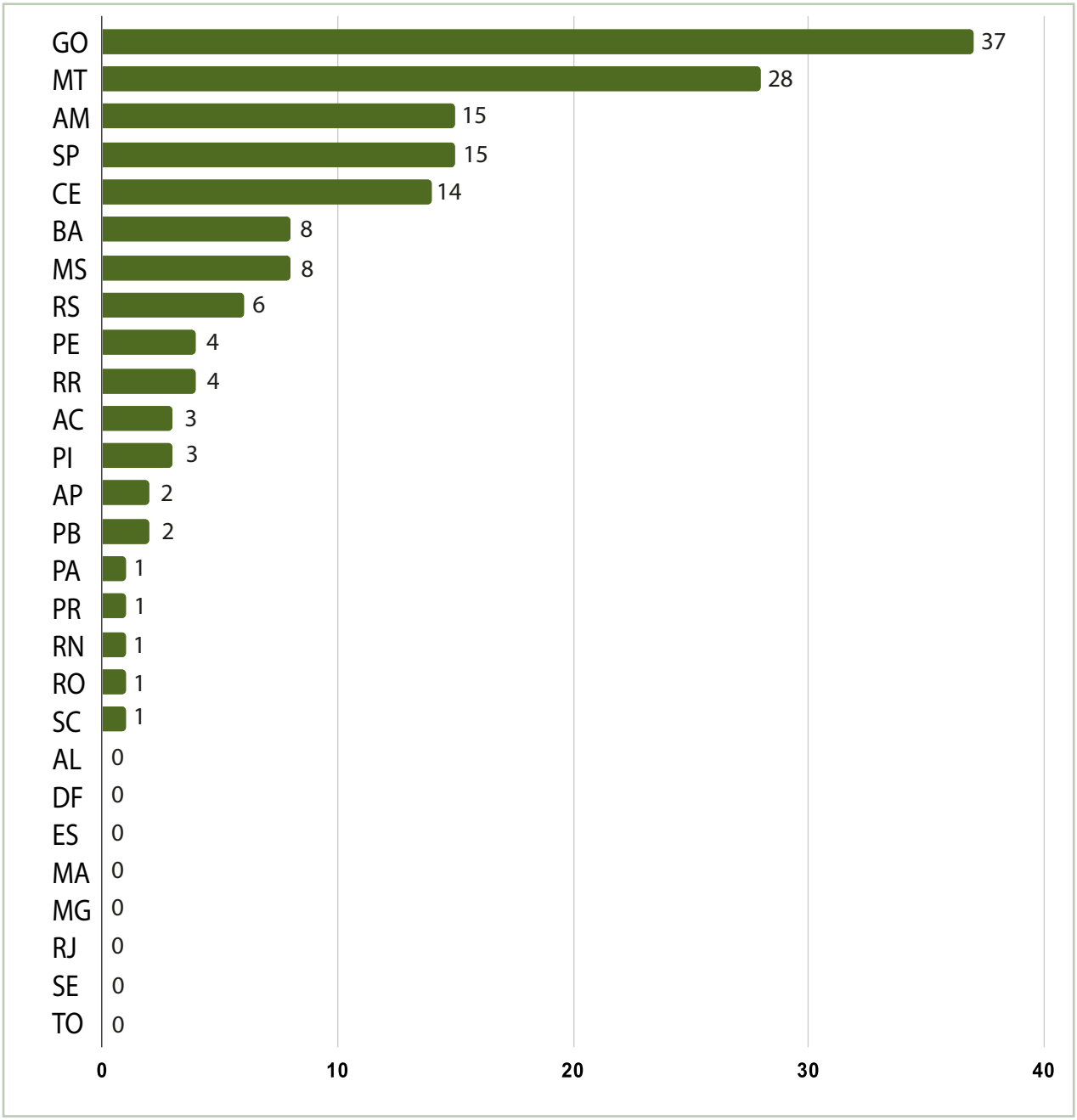
- Gerenciamento de Serviços e Governança de TI: Certificações ITIL (Information Technology Infrastructure Library) são amplamente presentes, com menções a ITIL Expert, ITIL 4 Foundation e ITIL V3 Foundation em várias defensorias. Além disso, destacam-se as certificações COBIT e as normas ISO, como ISO 2000, ISO 27001 e ISO 9001, que focam na governança de TI e gestão da qualidade.\
- Computação em Nuvem: As equipes de TI possuem certificações em plataformas de nuvem populares, como AWS (AWS Certified Cloud Practitioner, Cloud Partitioner Foundational AWS, Cloud Architecting AWS, AWS AI Practioner) e Google Cloud (Google Cloud Computing Foundations, Google Cloud Network & Security, Google Cloud Data, ML and AI, Google Cloud Infrastructure), além de OCI AI Foundations Associate.
- Segurança da Informação e Privacidade de Dados: Há um foco significativo em certificações relacionadas à segurança cibernética e à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Exemplos incluem Security+, Certified Network Security Practitioner (CNSP), EXIN – Privacy & Data Protection LGPD Essentials, Fundamentos em Cibersegurança – IBSEC, Fundamentos na Lei Geral de Proteção de Dados, e especializações em Pós-Graduação em Segurança de Redes e Pós-Graduação Lato Sensu em LGPD.
- Gerenciamento de Projetos e Metodologias Ágeis: Certificações em metodologias ágeis como Scrum (Certified ScrumMaster®, Scrum Foundation Professional Certificate, SFPC, SCRUM Overview) e Kanban (Kanban Essentials Professional Certificate KEPC, Kanban Management Professional - Kanban University) são notáveis. Também há profissionais com certificações em gerenciamento de projetos como Project Management Professional (PMP) e Certified Associate in Project Management (CAPM) by PMI, além de Lean Agile Coach Professional e Certificação em Gestão Ágil para Transformação Digital.
- Redes e Infraestrutura: Certificações em tecnologias de redes, como Cisco (CCNA), Ubiquiti UniFi Certified (UEWA) e Furukawa Certi-

fied Professional, são mencionadas, indicando expertise na manutenção e otimização da infraestrutura de comunicação.

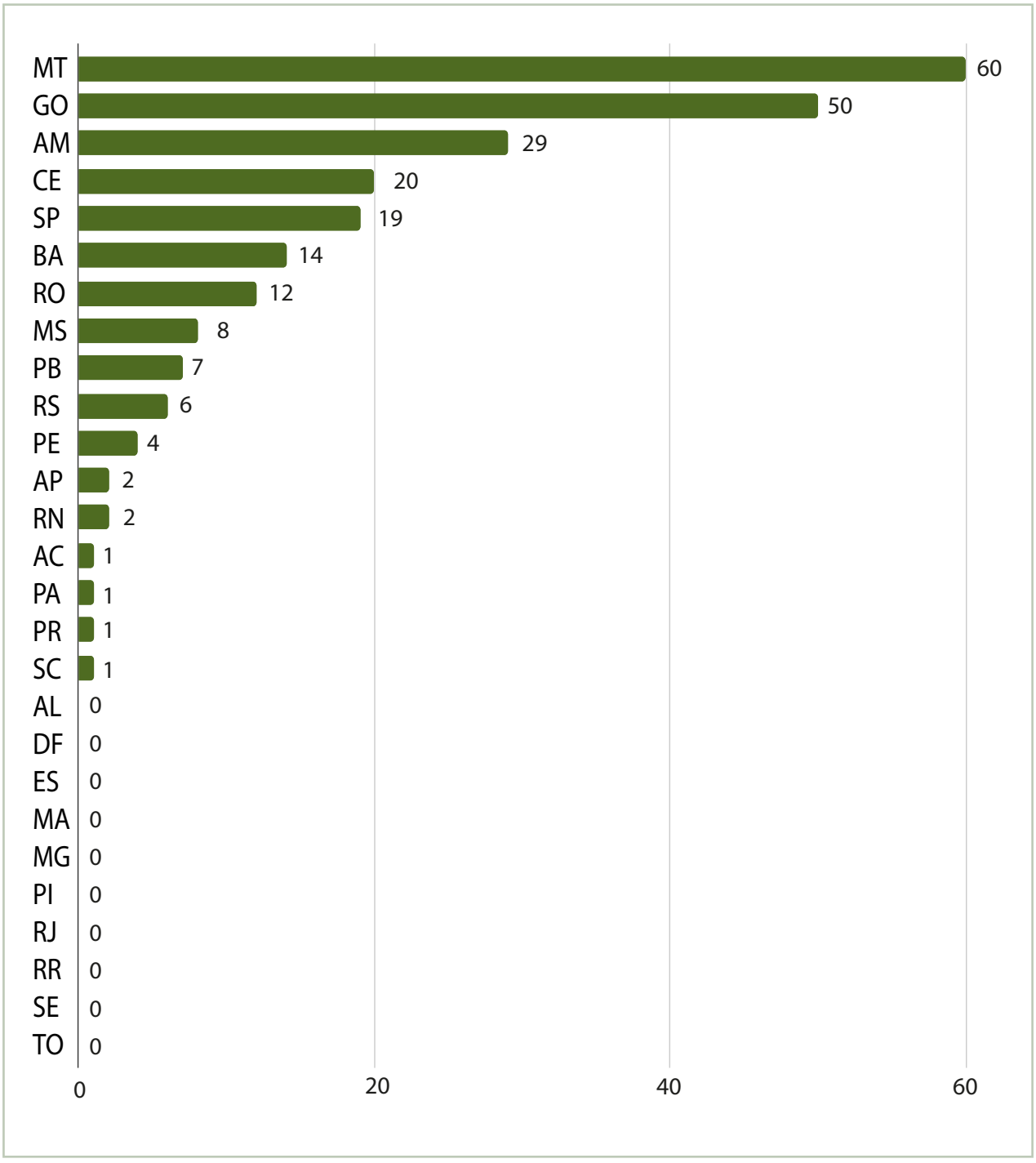
- Desenvolvimento de Software e Bancos de Dados: Profissionais com certificações em Java (ORACLE/SUN Certified Java Developer, ORACLE/SUN Certified Java Programmer, Formação Java Certified Programmer, Java Android Developer), Oracle Certified Professional, Tecnisys Professional Postgresql, GOLANG DEVELOPER, e SPRING BOOT DEVELOPER. Além disso, diversas formações acadêmicas como graduações e pós-graduações em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Ciência da Computação, Redes de Computadores e Sistemas de Informação também foram registradas.
- Sistemas Operacionais: Certificações em sistemas operacionais como Linux (Linux Professional Institute: LPIC-1, LPIC-2, Novell Certified Linux Administrator (CLA)) e Windows Server (Windows Server 2012 MCSA/MCSE) também foram identificadas.
- Inteligência Artificial (IA) e Análise de Dados: Alguns profissionais possuem certificações mais recentes em IA e análise de dados, como AI Project Leader Certified (AI-CPL) e especializações em Business Intelligence.

Essas certificações demonstram a preocupação das Defensorias em capacitar suas equipes nas mais diversas frentes da tecnologia, abrangendo desde a gestão e governança até o desenvolvimento, segurança e infraestrutura.

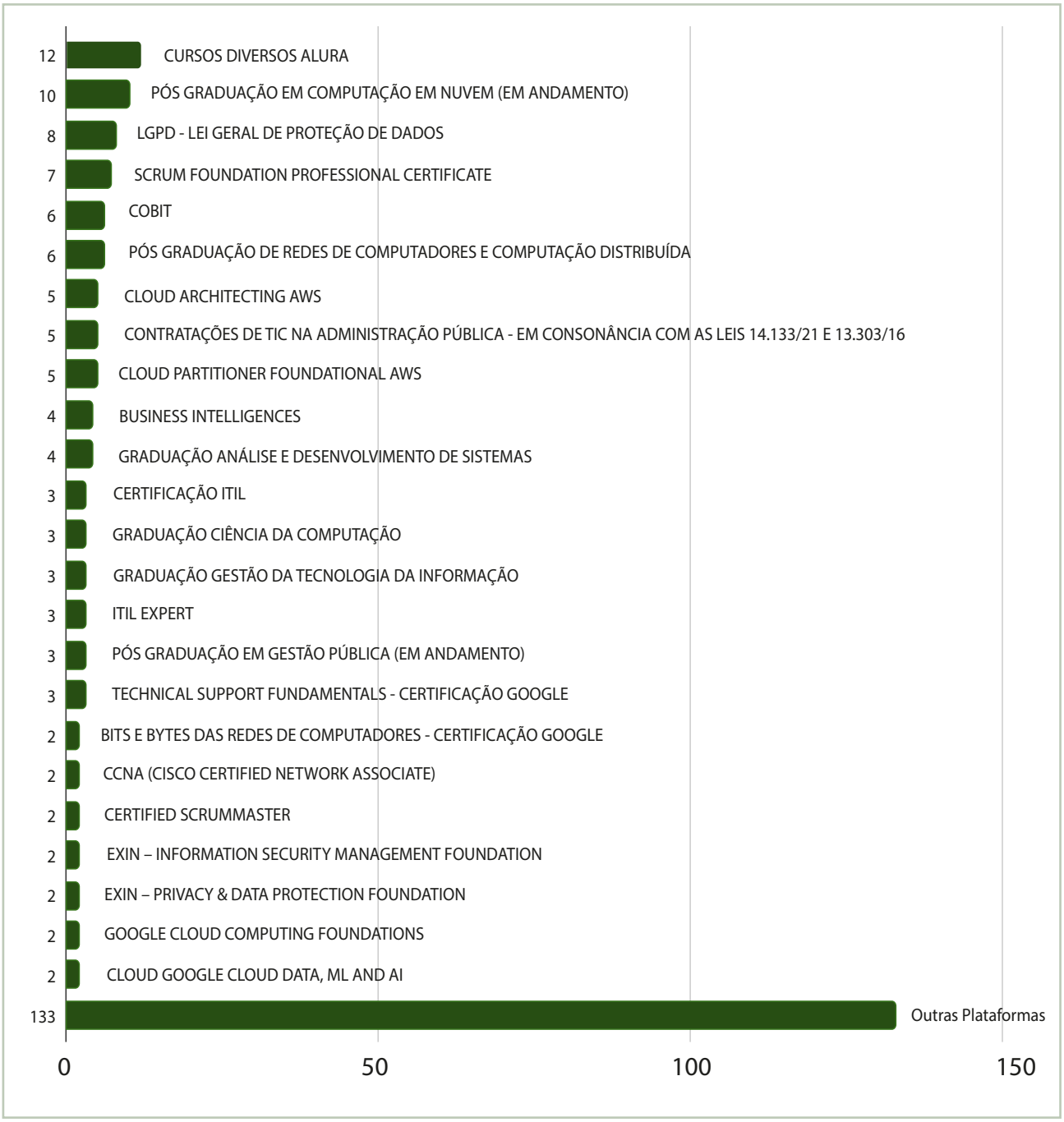
Quantidade de Certificações Diferentes por Defensoria



Quantidade de Profissionais Certificados por Defensoria



Principais Certificações



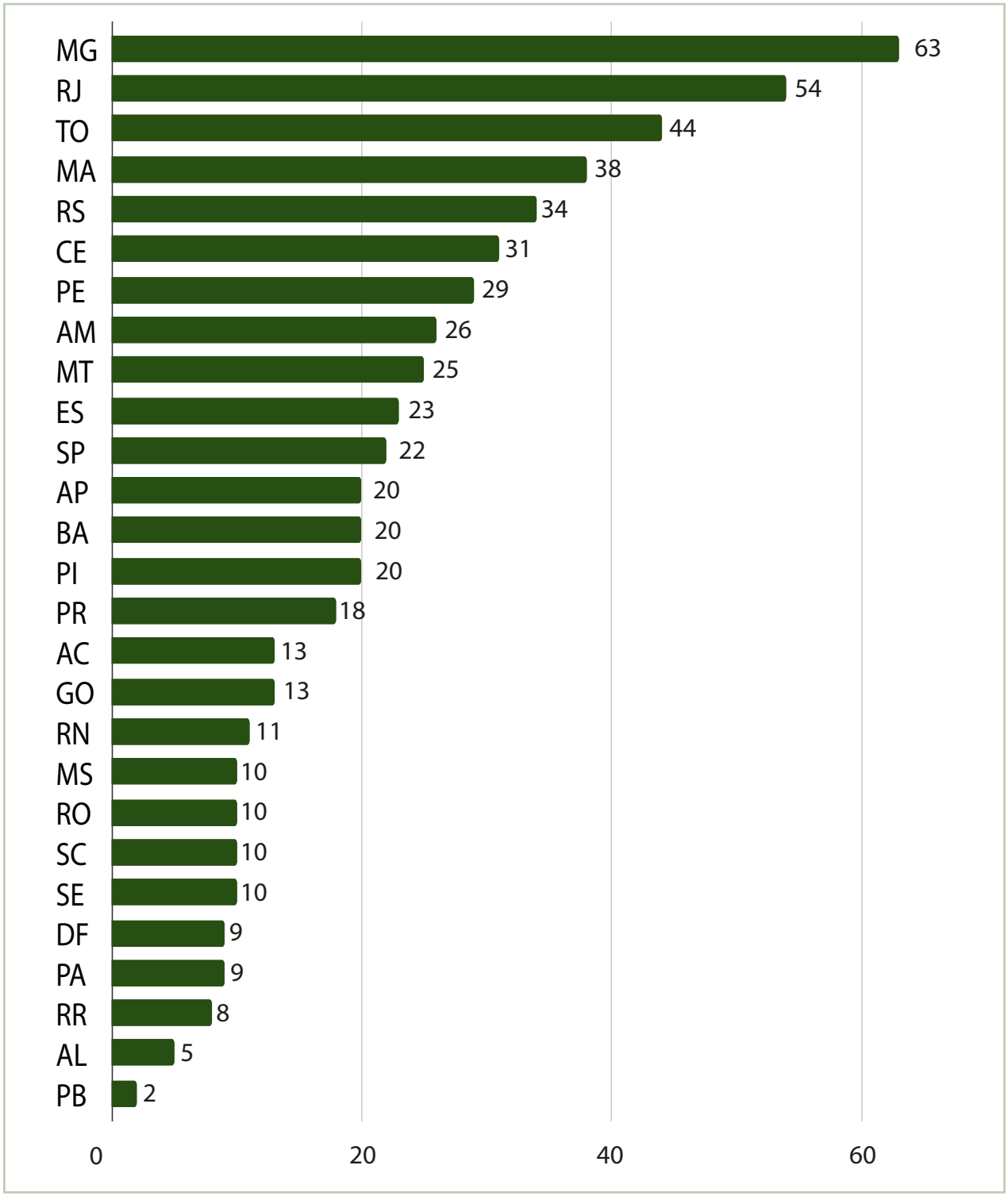
Sistemas de TI

A pesquisa forneceu um panorama detalhado sobre os sistemas de Tecnologia da Informação utilizados por essas instituições.

Os principais achados relacionados aos sistemas de TI são:

- Diversidade e Abrangência dos Sistemas: As Defensorias utilizam uma vasta gama de sistemas, cobrindo tanto suas atividades finalísticas (relacionadas ao atendimento e processos jurídicos) quanto suas rotinas administrativas de suporte.
- Sistemas Finalísticos Essenciais: O sistema SOLAR (Solução Avançada em Atendimento de Referência) destaca-se como uma ferramenta central para a gestão de assistidos, processos judiciais e atividades dos defensores, sendo adotado por diversas defensorias.
- Sistemas Administrativos Comuns: Há uma ampla presença de sistemas para gestão de recursos humanos (RH), controle de patrimônio, contratos, almoxarifado, diárias, ponto eletrônico e outras rotinas internas (exemplos incluem SEI, Athenas, SCI).
- Sistemas de Suporte e Comunicação: Ferramentas de gerenciamento de chamados (como o GLPI), portais institucionais (sites), sistemas de comunicação interna e de gestão de documentos são amplamente utilizados.
- Áreas Emergentes: Existe investimento e a presença de sistemas em áreas como Inteligência Artificial (IA), análise de dados (Data & Analytics) e ferramentas de colaboração digital.

Quantidade de Sistemas por Defensoria

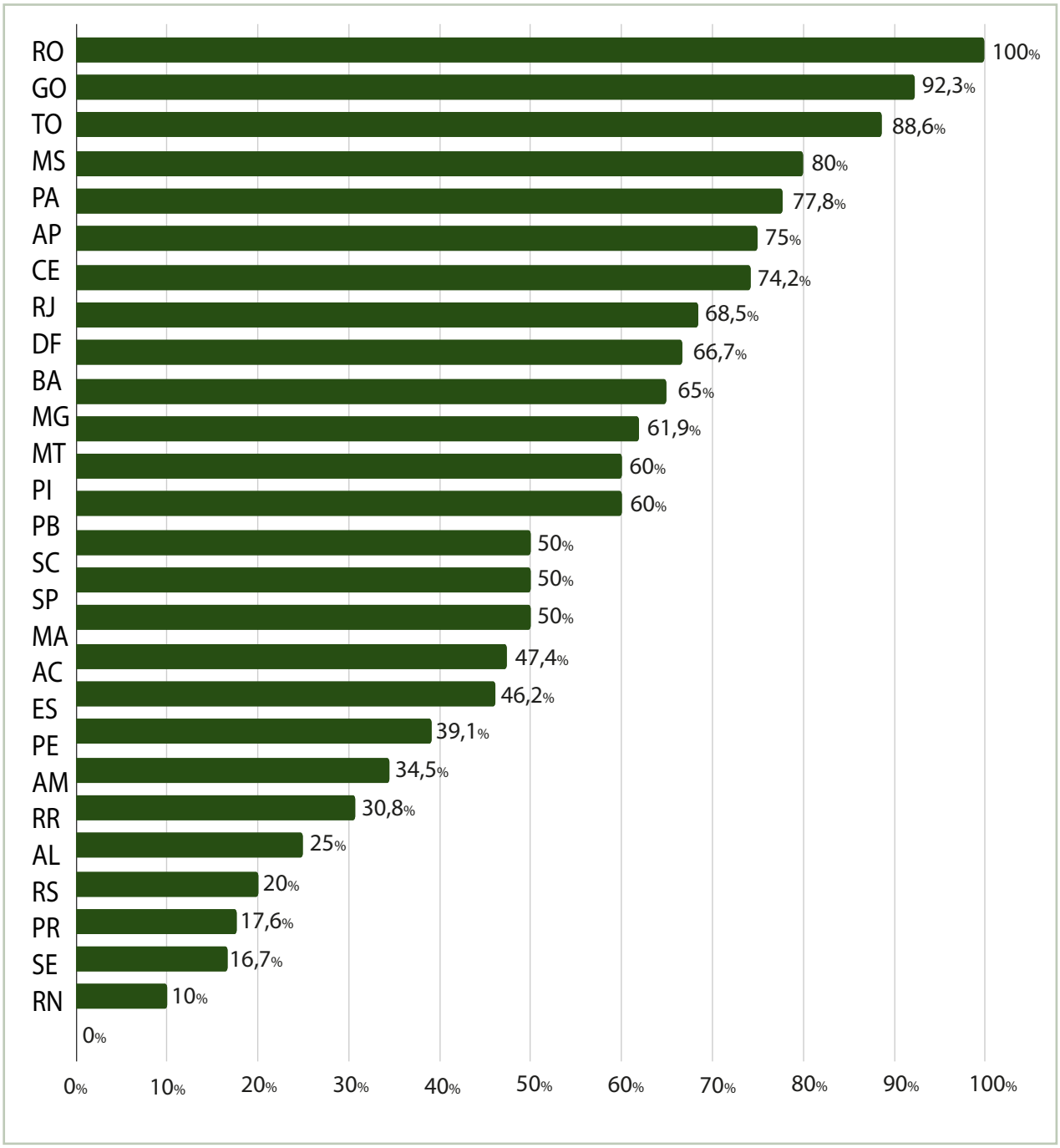


As Defensorias adotam uma abordagem mista para a obtenção de seus sistemas.Muitos sistemas críticos são desenvolvidos internamente pelas próprias Defensorias, incluindo instâncias do SOLAR, calculadoras específicas e diversas ferramentas administrativas personalizadas. A pesquisa coletou

dados sobre o "Percentual de Sistemas Desenvolvidos na Defensoria.

Paralelamente, muitos sistemas essenciais são adquiridos do mercado ou cedidos por outras instituições públicas, como o SEI (Sistema Eletrônico de Informações), desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), e outras soluções de ERP ou RH.

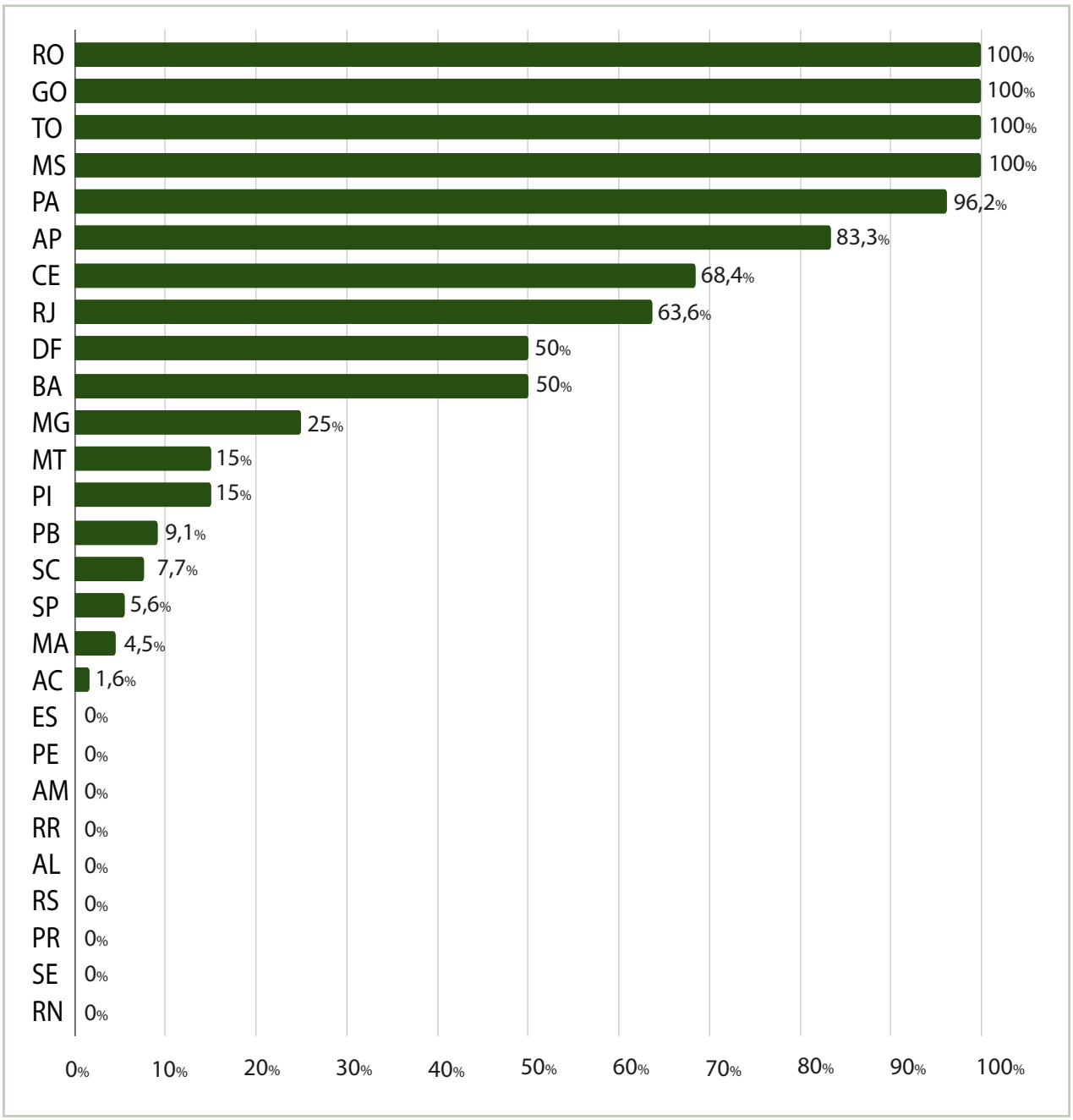
Percentual de Sistemas Desenvolvidos na Defensoria



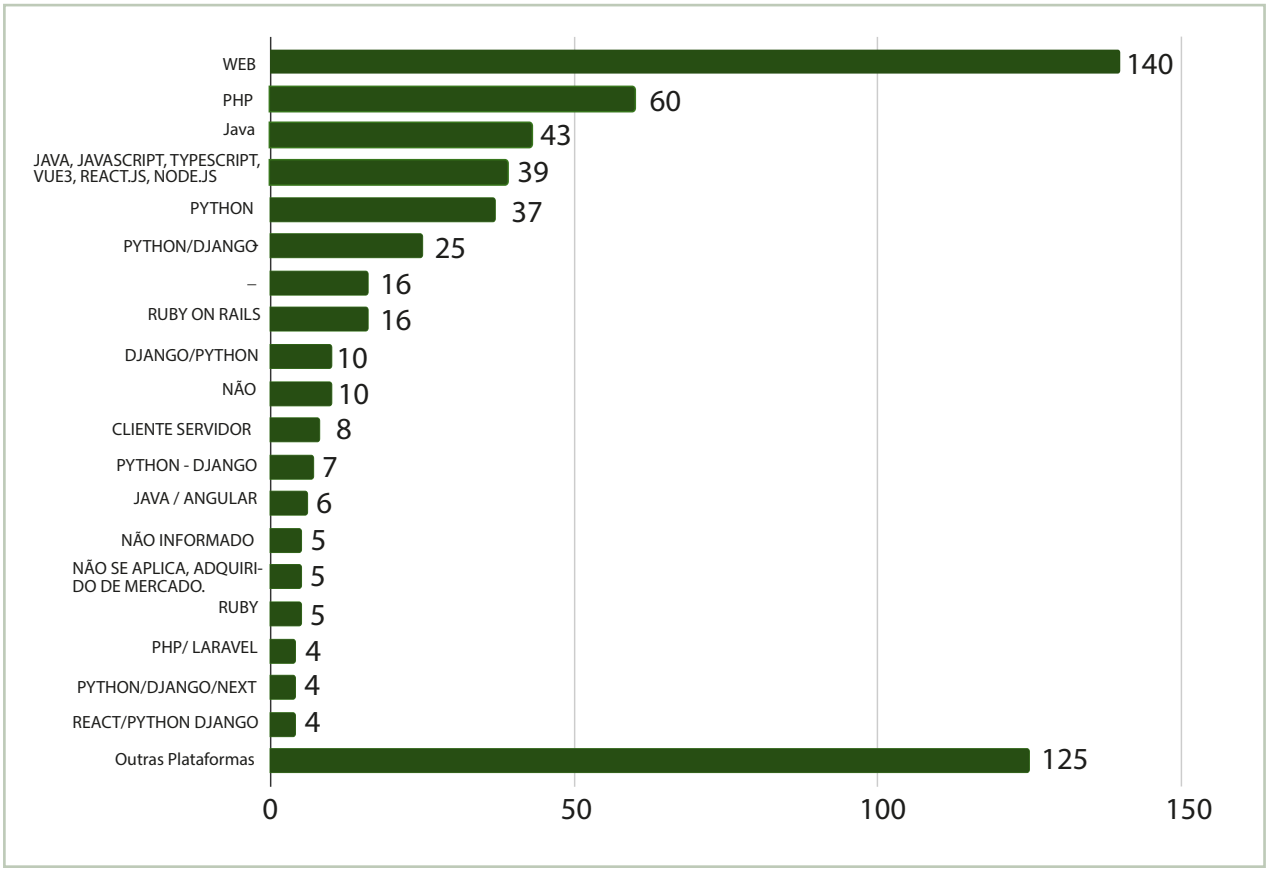
Dentre as tecnologias utilizadas, destaca-se:

- Adoção de Nuvem: Embora haja investimento em serviços e soluções em nuvem, a pesquisa aponta uma baixa adoção geral de computação em nuvem para alguns sistemas, com muitos ainda operando em infraestrutura local ("on-premise"). No entanto, certas defensorias já utilizam SaaS (Software as a Service) como o Microsoft 365 e Google Workspace, e outras soluções em nuvem nativa. O "Percentual de Sistemas Totalmente em Nuvem da Defensoria" é um indicador relevante analisado.
- Linguagens e Frameworks: As linguagens Python (com frameworks como Django e Flask), PHP (com Laravel ou Cake PHP), Java (incluindo Spring Boot), React, Node.js e Angular são escolhas comuns para desenvolvimento e customização.
- Bancos de Dados: PostgreSQL e MySQL (incluindo MariaDB) são os bancos de dados relacionais mais frequentemente empregados. SQL Server e Oracle também são encontrados, especialmente em sistemas adquiridos ou em defensorias de maior porte.

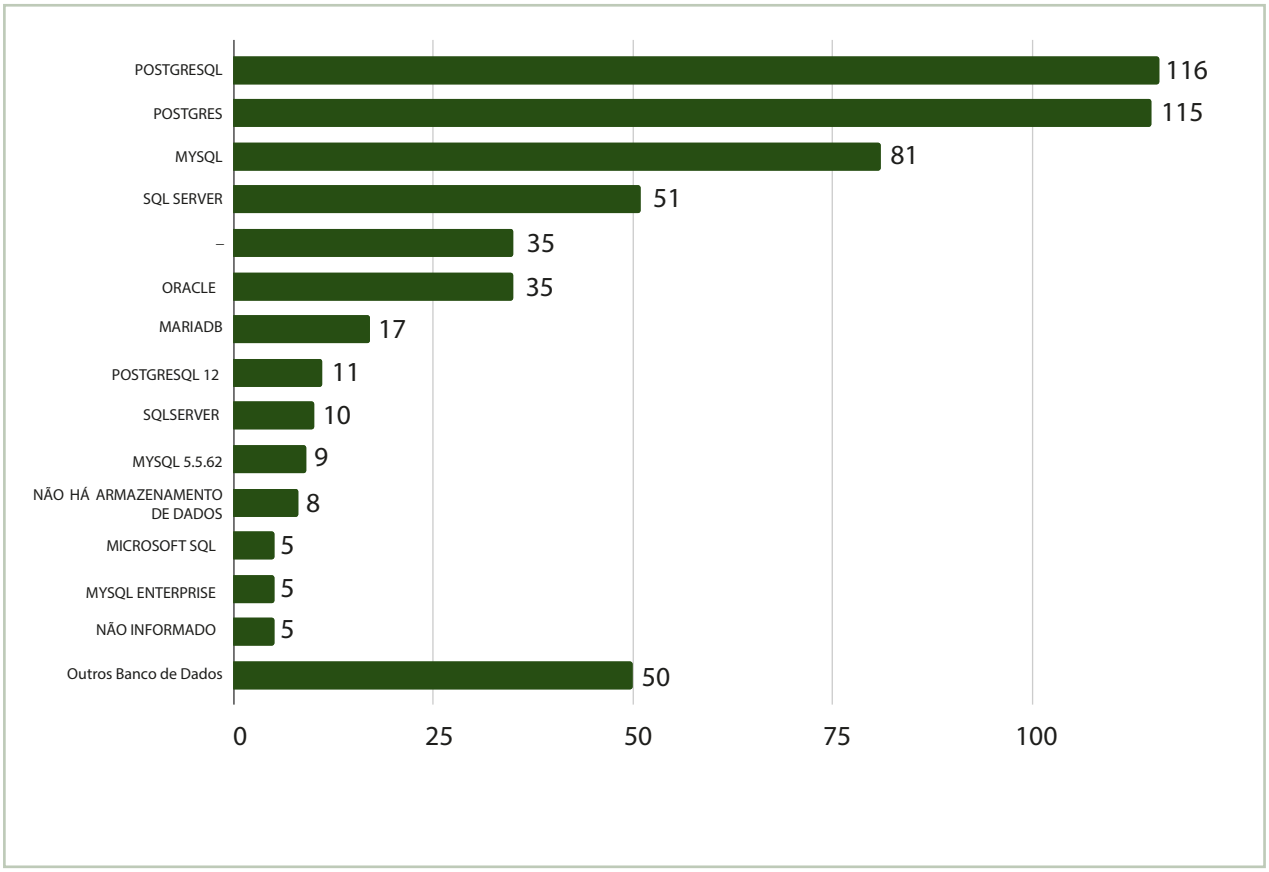
Percentual de Sistemas Totalmente em Nuvem da Defensoria



Principais Plataformas Utilizadas



Principais Banco de Dados Utilizados



O Reconhecimento às Defensorias Destaques na Pesquisa Nacional



O reconhecimento por meio de premiações é uma das estratégias adotadas para estimular o avanço digital nas Defensorias Públicas Estaduais. Durante a pesquisa, diversos indicadores foram submetidos às instituições, e a percepção geral foi de que esse processo representa uma ferramenta valiosa para incentivar a formulação de estratégias, o direcionamento de investimentos e o desenvolvimento de projetos de inovação. A criação de categorias de premiação com base em indicadores objetivos — como a Estratégia de Execução Digital, o Modelo de Operação Digital e a Plataforma Digital — busca valorizar os esforços já realizados, promover a transparência e fomentar uma cultura de melhoria contínua, colaboração e protagonismo na transformação digital do sistema de justiça.

Aqui está uma apresentação detalhada da metodologia para cada prêmio:

A. Prêmio Estratégia de Execução Digital:

Esta categoria avalia a maturidade das Defensorias na implementação de uma estratégia digital eficaz, considerando aspectos como automação, engajamento do cidadão e excelência operacional. Os indicadores incluem a força de trabalho habilitada para Data & Analytics, o percentual de transações totalmente automatizadas e o nível de engajamento digital dos cidadãos atendidos. Também são considerados a participação de interações realizadas por canais digitais, a digitalização dos serviços ofertados, a adoção de identidade digital, a resiliência dos serviços de TI críticos, a conectividade dos ativos a centros de operações integrados e o uso de manutenção preditiva. Esses elementos refletem a capacidade da instituição de operar de forma mais eficiente, acessível e tecnológica, ampliando o

- Este prêmio é baseado em **9 indicadores**, cada um com um peso atribuído.
- Os indicadores e os seus respetivos pesos são:
    - Força de Trabalho Habilitada para Data&Analytics (%): 0,10
    - Transações Totalmente Automatizadas (%): 0,10
    - Engajamento Digital do Cidadão (%): 0,15
    - Participação de Interações Digitais (%): 0,15
    - Serviços Digitais (%): 0,15
    - Adoção de Identidade Digital (%): 0,15
    - Resiliência de Serviços de TI Críticos (%): 0,10

- Ativos Monitorados em Centro de Operações Integrado (%): 0,05
- Adoção de Manutenção Preditiva (%): 0,05

B. Prêmio Modelo de Operação Digital:

Esta categoria reconhece Defensorias que demonstram maturidade na estruturação e gestão de suas operações digitais, integrando governança, orçamento, talento e formas de trabalho. Os indicadores avaliam desde a alocação do orçamento de TI — diferenciando investimentos em operação e inovação — até o grau de integração entre equipes de negócios e tecnologia. Também são considerados a adoção de contratos de terceirização baseados em resultados, o alinhamento das métricas de TI aos objetivos institucionais, a capacidade interna de desenvolvimento digital, e a aplicação de métodos ágeis e de design thinking. Esses elementos demonstram o quanto a instituição está preparada para operar de forma inovadora, colaborativa e centrada em resultados, com foco na eficiência e na entrega de valor ao cidadão.

- Este prêmio é baseado em **8 indicadores**, cada um com um peso atribuído.
- Os indicadores e os seus respetivos pesos são:
  - Relação de Gastos com Operação de TI: 0,20
  - Gastos com Inovação/Experimentação Tecnológica (%): 0,20
  - Equipes de Negócios/TI Multifuncionais (%): 0,10
  - Terceirização Baseada em Resultados de Negócio (%): 0,10
  - Métricas Alinhadas de Negócios/TI no Painel de TI (%): 0,10
  - Fábrica Digital Interna (%): 0,10
  - Adoção de Métodos Ágeis e Práticas Técnicas Ágeis (%): 0,10
  - Adoção de Design Thinking (%): 0,10
- Semelhante ao primeiro prêmio, a fonte não fornece as fórmulas específicas para calcular as pontuações com base nesses indicadores e pesos.

C. Prêmio Plataforma Digital:

Esta categoria reconhece Defensorias que avançaram na modernização tecnológica de suas plataformas digitais, com foco em segurança, inteligência

de dados, nuvem, experiência do usuário e integração. Os indicadores contemplam o nível de conformidade de segurança de aplicações e endpoints, a taxa de cliques em testes de phishing, e a adoção de tecnologias como inteligência artificial, data lakes, arquitetura nativa em nuvem e aplicações em ambientes de nuvem. Também são avaliadas a modernização da interface com o usuário e a implementação de integrações modernas e em tempo real via APIs. Essa categoria demonstra a capacidade das instituições de manter ambientes tecnológicos seguros, interoperáveis e preparados para atender às demandas atuais e futuras com agilidade e inovação.

- Este prêmio é baseado em **9 indicadores**, cada um com um peso atribuído.
- Os indicadores e os seus respetivos pesos são:
  - Conformidade de Segurança e Risco de Aplicações (%): 0,10
  - Conformidade de Segurança de Endpoints (%): 0,10
  - Taxa Média de Cliques em Phishing (%): 0,10
  - Adoção de IA/ML (%): 0,15
  - Adoção de Data Lake(s) (%): 0,15
  - Adoção de Arquitetura Nativa em Nuvem (%): 0,10
  - Aplicações Baseadas em Nuvem (%): 0,10
  - Adoção de UI Moderna para Clientes (%): 0,10
  - Adoção de Integração Moderna (%): 0,10

Cálculo Geral da Pontuação e Premiação:

- Um **total de 26 indicadores** são usados nas três categorias de premiação.
- Cada indicador tem um **peso específico**.
- A **pontuação para cada categoria** pode variar de **0 a 100 pontos**.
- A "Defensoria" com a **maior pontuação** em cada categoria (considerando duas casas decimais) será premiada.
- A **regra de arredondamento** para as duas casas decimais é a seguinte:
  - Se o numeral da terceira casa decimal em diante for **maior ou igual a 5**, a segunda casa decimal é arredondada para **cima** (ex.: 49,385 torna-se 49,39).
  - Se o numeral da terceira casa decimal em diante for **menor do que 5**, a segunda casa decimal permanece como está (arredondada para **baixo**, ex.: 49,3849 torna-se 49,38).

Em resumo, a metodologia envolve a coleta de dados para cada um dos indicadores listados, a aplicação de uma nota ponderada e, em seguida, a determinação do vencedor em cada categoria com base na maior pontuação final de 100, com regras de arredondamento específicas.

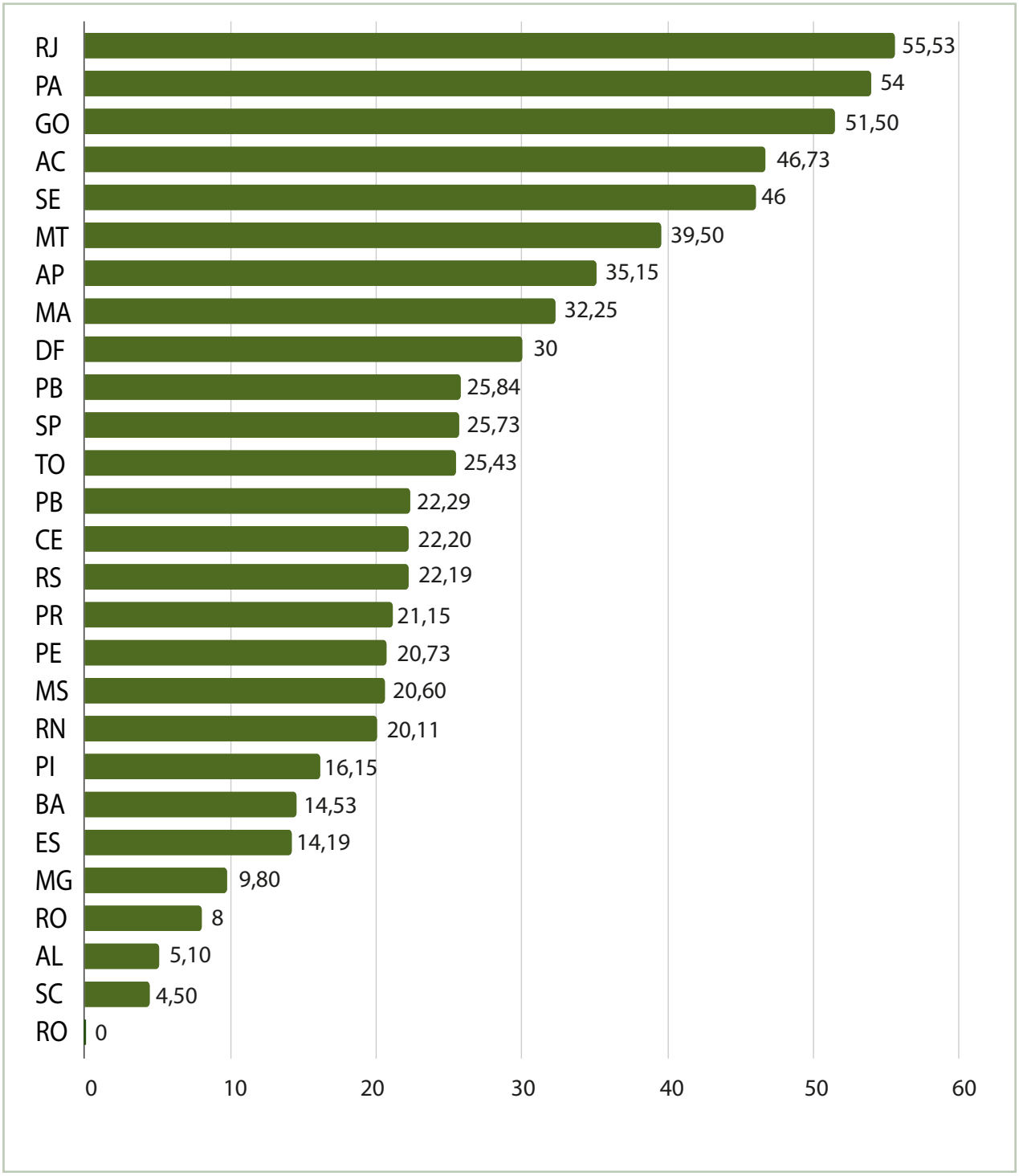
Para esta edição, foram realizadas entrevistas qualitativas com as três Defensorias que obtiveram as maiores pontuações gerais, permitindo um aprofundamento nas estratégias adotadas. Nas próximas edições da pesquisa, pretende-se ampliar essa etapa para incluir todas as Defensorias, promovendo um diagnóstico ainda mais completo e colaborativo sobre a transformação digital no sistema de justiça.

Prêmio Defensorias Destaques da Pesquisa Nacional



Resultado da Categoria Estratégia Digital - Vencedora Defensoria do RIO DE JANEIRO

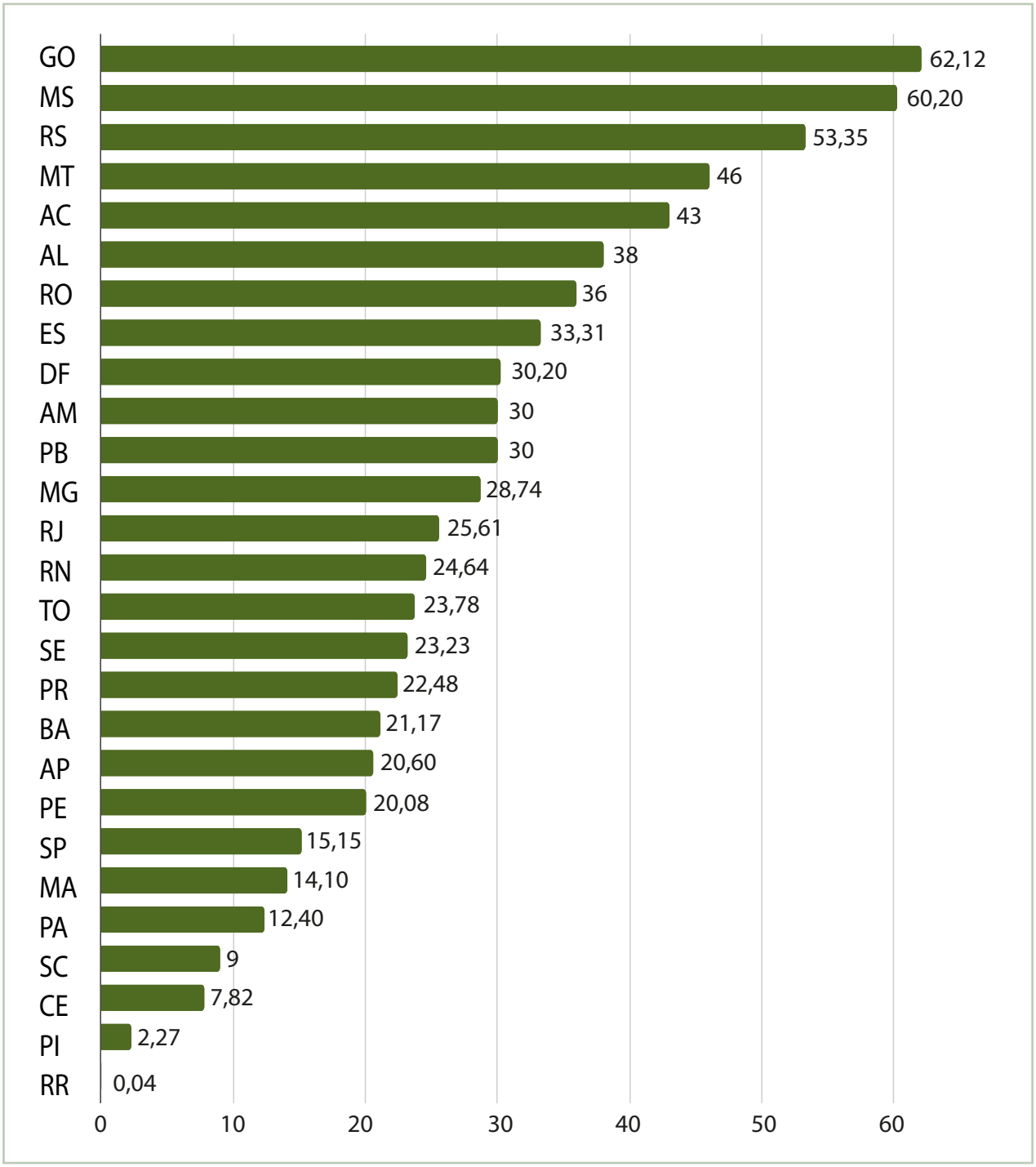
Prêmio Estratégia Digital



Indicador	Defensorias com Nota Máxima			
Força de Trabalho Habilitada para Data&Analytics (%)	Amapá (AP)			
Transações Totalmente Automatizadas (%)	Rio de Janeiro (RJ)			
Engajamento Digital do Cidadão (%)	Pará (PA)			
Participação de Interações Digitais (%)	Pará (PA)			
Serviços Digitais (%)	Goiás (GO)			
Adoção de Identidade Digital (%)	Goiás (GO)	Mato Grosso (MT)	Rio de Janeiro (RJ)	Sergipe (SE)
Resiliência de Serviços de TI Críticos (%)	Distrito Federal (DF)			
Ativos Monitorados em Centro de Operações Integrado (%)	Amazonas (AM)	Goiás (GO)	Rio de Janeiro (RJ)	
Adoção de Manutenção Preditiva (%)	Goiás (GO)			

Resultado da Categoria Operação Digital - Vencedora Defensoria de GOIÁS

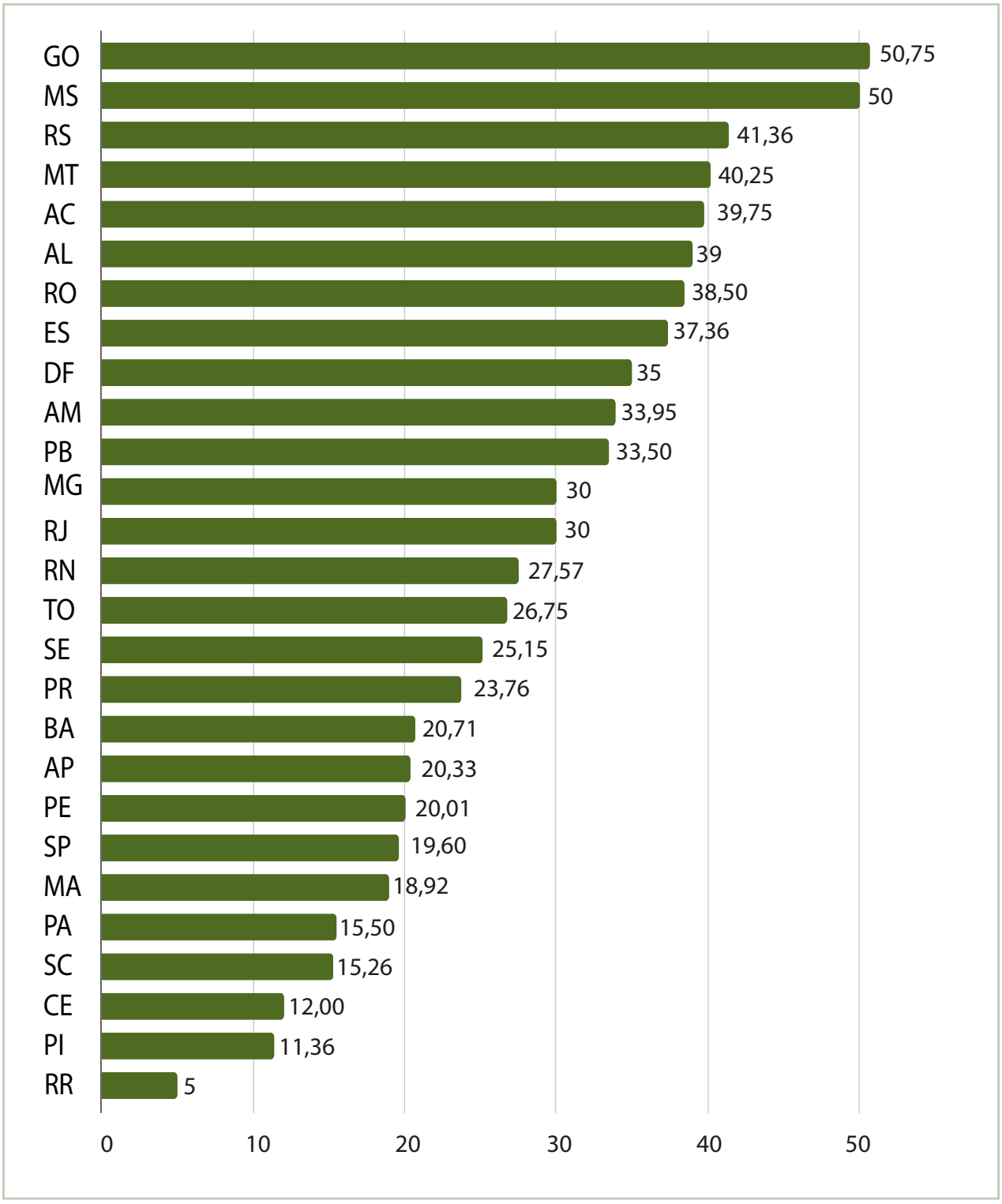
Prêmio Operação Digital



Indicador	Defensorias com Nota Máxima						
Relação de Gastos com Operação de TI	Espírito Santo (ES)	Mato Grosso (MT)					
Gastos com Inovação/ Experimentação Tecnológica (%)	Maranhão (MA)						
Equipes de Negócios/TI Multifuncionais (%)	Alagoas (AL)	Amazonas (AM)	Espírito Santo (ES)	Mato Grosso do Sul (MS)	Rio Grande do Sul (RS)		
Terceirização Baseada em Resultados de Negócio (%)	Goiás (GO)						
Métricas Alinhadas de Negócios/TI no Painel de TI (%)	Mato Grosso do Sul (MS)	Paraíba (PB)	Rio Grande do Sul (RS)				
Fábrica Digital Interna (%)	Alagoas (AL)	Distrito Federal (DF)	Mato Grosso do Sul (MS)	Paraíba (PB)	Rio Grande do Norte (RN)	Sergipe (SE)	Tocantins (TO)
Adoção de Métodos Ágeis e Práticas Técnicas Ágeis (%)	Distrito Federal (DF)	Mato Grosso do Sul (MS)	Rio Grande do Norte (RN)	Rio Grande do Sul (RS)	Rio de Janeiro (RJ)	Sergipe (SE)	
Adoção de Design Thinking (%)	Rondônia (RO)						

Resultado da Categoria Plataforma e Tecnologia Digital - Vencedor Defensoria de SÃO PAULO

Prêmio Tecnologia Digital



Indicador	Defensorias com Nota Máxima					
Conformidade de Segurança e Risco de Aplicações (%)	Acre (AC)	Amazonas (AM)	Distrito Federal (DF)	Paraíba (PB)	Roraima (RR)	Santa Catarina (SC)
Conformidade de Segurança de Endpoints (%)	Distrito Federal (DF)	Mato Grosso do Sul (MS)	Paraíba (PB)	Tocantins (TO)		
Taxa Média de Cliques em Phishing (%)	Alagoas (AL)	Tocantins (TO)				
Adoção de IA/ ML (%)	Sergipe (SE)					
Adoção de Data Lake(s) (%)	Rondônia (RO)					
Adoção de Arquitetura Nativa em Nuvem (%)	Mato Grosso (MT)					
Aplicações Baseadas em Nuvem (%)	Alagoas (AL)	Espírito Santo (ES)	Goiás (GO)	Mato Grosso (MT)	São Paulo (SP)	
Adoção de UI Moderna para Clientes (%)	Goiás (GO)	Rio de Janeiro (RJ)	Rondônia (RO)	Sergipe (SE)		
Adoção de Integração Moderna (%)	Alagoas (AL)	Distrito Federal (DF)	Goiás (GO)			

Prêmio Boas Práticas e Casos de Sucesso - Síntese dos projetos inscritos



O Prêmio de **Boas Práticas em Tecnologia nas Defensorias Públicas** foi concebido como uma iniciativa para reconhecer e divulgar soluções inovadoras e transformadoras no setor público, promovendo a modernização, eficiência e o acesso à justiça. Com foco em tecnologia aplicada, o prêmio está estruturado em três categorias: "**Inovação Digital na Gestão e Governança", "Eficiência Operacional, Segurança e Sustentabilidade Tecnológica" e "Experiência Digital e Acesso à Justiça para o Cidadão".** Cada categoria busca valorizar práticas que geram impacto direto na atuação institucional, no atendimento ao público e na sustentabilidade dos serviços prestados.

Os critérios de avaliação do Prêmio de Boas Práticas em Tecnologia nas Defensorias Públicas foram estruturados para reconhecer soluções inovadoras com impacto relevante e viabilidade prática. Cada projeto foi avaliado por uma Comissão Mista com base nos seguintes critérios: **(1) Inovação — criatividade e originalidade da solução;** (**2) Impacto — benefícios diretos à Defensoria e ao público assistido** (com peso 2); **(3) Eficiência — melhorias em processos internos e na gestão de recursos; (4) Escalabilidade — possibilidade de replicação em outras defensorias**; e **(5) Custos e recursos de implementação — considerando tempo, pessoal e investimentos** (também com peso 2). A pontuação variou de 1 (critério ausente) a 5 (supera expectativas).

Nesta primeira edição, foram **inscritos 62 projetos, com a participação de 18 Defensorias Públicas Estaduais**. Os projetos foram avaliados por um comitê técnico composto por **13 avaliadores** independentes, entre defensores públicos, profissionais de tecnologia das Defensorias e especialistas do setor. Todos os projetos passaram por avaliação técnica com, no mínimo, dois pareceristas, assegurando a diversidade de olhares e a legitimidade do processo. As iniciativas selecionadas como finalistas participarão de uma apresentação pública durante o 1º Congresso Nacional de Tecnologia e Inovação das Defensorias Públicas (CNTI), momento em que o público votará nas melhores práticas que receberão os troféus e menções honrosas da edição 2025.

Projetos finalistas por categoria:

Categoria INOVAÇÃO DIGITAL NA GESTÃO E GOVERNANÇA

- ALERTA 180 – DPE-MT
- Defende.AI – Capacitação em IA na Prática – DPE-ES
- Ecossistema de Inovação, Tecnologia e Inteligência Artificial – DPE-PR
- NUDIJ Estratégico – DPE-PR

Categoria EFICIÊNCIA OPERACIONAL, SEGURANÇA E SUSTENTABILIDADE TECNOLÓGICA

- *Defensor.IA* – DPE-SP
- *DefGPT – Plataforma Inteligente para Eficiência na Defensoria* – DPE-TO
- *Sistema Integrado de Apoio à Gestão – SIAG* – DPE-RO

Categoria EXPERIÊNCIA DIGITAL E ACESSO À JUSTIÇA PARA O CIDADÃO

- Assinador do Assistido – DPE-AL
- AMPARA – Atendimento à Mulher Paranaense – DPE-PR
- ZecaDPE (Zona de Esclarecimento e Consulta Ágil da DPE) - Assistente de Gabinete– DPE-MT
- Autoatendimento assíncrono e petição redigida com IA – DPE-ES

Agradecemos, de forma especial, aos avaliadores que se dedicaram com responsabilidade e excelência à análise dos projetos, contribuindo decisivamente para a qualidade e a legitimidade do processo de seleção.

Avaliadores da Edição 2025

Nome	Região	Cargo	Instituição
Larissa Rocha Ferreira Caon	Sul	Defensora Pública	DPE-RS
Liandro Soares	Sul	Diretor de TI	DPE-RS
Anderson Marinovic	Sudeste	Defensor Público / Secretário de TI	DPE-RJ
Camila Maura Moreira da Silva	Sudeste	Coordenadora de TI	DPE-RJ
Pedro de Luna	Centro-Oeste	Defensor Público	DPE-MS
Marcelo Muccillo	Centro-Oeste	Diretor de TI	DPE-MS
Emmanuel Dias	Norte	Coordenador de TI	DPE-AP
Pedro Pedigoni Gonçalves	Norte	Defensor Público	DPE-AP
George Santana	Nordeste	Coordenador de TI	DPE-PI
Leonardo Bandeira	Nordeste	Defensor Público	DPE-PI
Leandro Mattos	SP	Especialista em Data Science	JEX
Ademir Piccoli	SP	CEO	JEX
Marcelo Piton	Sul	Defensor Público e Especialista em IA	DPE-RS

Obs: Os avaliadores convidados que integram as Defensorias Públicas Estaduais não tiveram projetos inscritos dos respectivos Estados.

Os projetos listados a seguir, acompanhados de seus respectivos resumos, estão organizados por categoria e conforme a ordem de inscrição no prêmio.

BOAS PRÁTICAS DE INOVAÇÃO DIGITAL NA GESTÃO E GOVERNANÇA

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
Ecossistema de Inovação, Tecnologia e Inteligência Artificial da Defensoria Pública do Paraná	DPE-PR	Defensoria Pública do Paraná implantou um ecossistema digital integrado e inovador, combinando Data Lake, automações via Google Apps Script, painéis de Business Intelligence, inteligência artificial aplicada e o aplicativo LUNA para atendimento digital ao cidadão. A iniciativa enfrentou desafios estruturais como a descentralização de dados e baixa automação, e os superou com uma arquitetura tecnológica robusta baseada no Google Cloud Platform, promovendo modernização da gestão pública, economia de tempo, governança de dados e qualificação do atendimento jurídico. O projeto já resultou em economia anual de mais de 7.900 horas de trabalho, automatização de rotinas administrativas, e mais de 600 audiências transcritas automaticamente com IA, além de posicionar o Paraná como referência nacional em interoperabilidade com a Consulta Nacional. Com soluções modulares, escaláveis e sustentáveis, a iniciativa se destaca como boa prática replicável para Defensorias que desejam aliar inovação tecnológica ao fortalecimento do acesso à justiça.
ATOS	DPE-SC	O projeto ATOS, da Defensoria Pública de Santa Catarina, centraliza em uma plataforma digital todos os atos normativos do Conselho Superior — como Resoluções, Deliberações, Manifestações e Súmulas — permitindo busca simplificada com indicação clara do status de vigência (vigente, vigente com alterações ou revogado). Desenvolvido com tecnologias modernas de nuvem e por equipe interna da instituição, o sistema organiza e padroniza um acervo antes disperso, promovendo agilidade, segurança jurídica e transparência institucional. A solução beneficia diretamente membros e servidores da DPE/SC, otimizando rotinas administrativas e fortalecendo a governança e o controle social.
SICLOP	DPE-SC	O SICLOP, desenvolvido pela Defensoria Pública de Santa Catarina, é um sistema interno que centraliza e organiza informações funcionais dos servidores, como vínculos, chefias, equipes e períodos de férias. Utilizando tecnologias modernas (Python com Selenium, Django Rest Framework e React com TypeScript), o SICLOP realiza raspagem automatizada de dados do SIGRH e os apresenta em uma interface acessível e atualizada para consulta interna. A solução elimina a necessidade de buscas manuais, facilita a gestão de equipes e apoia decisões administrativas com informações confiáveis. Desenvolvido integralmente com recursos internos, o SICLOP é um exemplo de automação aplicada à gestão pública, promovendo eficiência, transparência e melhor comunicação institucional.

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
E-Voto	DPE-MA	O E-Voto, desenvolvido pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), é um sistema de votação eletrônica criado para modernizar e democratizar os processos eleitorais internos, garantindo a participação remota e segura de todos os membros da instituição, ativos ou inativos. Com interface intuitiva e acessível por qualquer dispositivo conectado à internet, o sistema utiliza criptografia avançada (Single-Use Cipher Seal e Disposable Key Locking) para assegurar a integridade dos votos. A solução eliminou a necessidade de logística presencial, reduziu custos operacionais e permitiu auditoria externa e resultados imediatos, sendo bem aceita pelos públicos interno e externo.
Diário Oficial Eletrônico	DPE-SC	O Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública de Santa Catarina é uma plataforma digital moderna que automatiza a publicação de atos processuais e administrativos da instituição. Desenvolvido com backend em Django REST Framework, frontend em React com TypeScript e infraestrutura em nuvem AWS (EC2, S3, DynamoDB), o sistema converte arquivos Word em PDF, categoriza publicações e indexa palavras-chave para buscas rápidas e precisas. Com interface intuitiva e filtros personalizados, o projeto aprimora a transparência, reduz o tempo de publicação e elimina processos manuais. A solução foi construída em 1 mês, com foco em eficiência, acessibilidade e conformidade legal.
Implementação do Metabase Para Acelerar o Lançamento de Ferramentas No-Code para Pequenos Projetos	DPE-AL	A Defensoria Pública de Alagoas adotou o Metabase como plataforma no-code para criar micro-sistemas com rapidez, baixo custo e segurança, atendendo demandas pontuais de forma eficiente. Utilizando dashboards interativos e recursos como o "Actions", permite a operação de funcionalidades CRUD em tempo real. Aplicado com sucesso em iniciativas como o "Defensoria no Cárcere", o modelo oferece agilidade, autonomia aos usuários e transparência, reduzindo a sobrecarga da TI. É uma solução replicável e ideal para projetos de pequena escala, com instalação local simples e foco em governança e usabilidade.

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
NUDIJ Estratégico: Diagnóstico e Transparência para Ampliação de Vagas em Creches no Paraná via Business Intelligence	DPE-PR	O projeto do NUDIJ da Defensoria Pública do Paraná inova ao aplicar inteligência de dados para enfrentar o déficit histórico de vagas em creches (0-3 anos) no estado. A partir da coleta sistemática de informações dos 399 municípios e da criação de um painel interativo de Business Intelligence (BI) de acesso público, a iniciativa oferece um diagnóstico dinâmico e preciso da oferta e demanda por vagas, subsidiando tanto a atuação jurídica da Defensoria quanto o planejamento de políticas públicas pelos gestores municipais. Alinhado à jurisprudência do STF e à nova Lei 14.851/2024, o projeto fortalece a transparência, o controle social e a gestão estratégica de direitos sociais, qualificando a alocação de recursos públicos e promovendo a redução do déficit de vagas. Com ampla repercussão na imprensa e replicabilidade técnica, consolida-se como uma prática inovadora, de baixo custo, alto impacto e elevada relevância para outras Defensorias e órgãos públicos interessados em transformar dados em ação e garantir direitos fundamentais na primeira infância.
Sistema de gestão de gabinetes Conecta DPE - Defensor(a) você é maestro(a) de talentos	DPE-GO	O Conecta DPE é uma plataforma digital da Defensoria Pública de Goiás que centraliza a gestão de gabinetes, integrando cadastro de assistidos, agendamentos, criação de procedimentos, envio de intimações e assinatura eletrônica de documentos. Desenvolvido com tecnologias como Java + Spring Boot e AngularJS, o sistema promove eficiência, organização e agilidade no atendimento jurídico. Sua inovação está na conexão com o aplicativo do assistido, garantindo comunicação direta e segura. Implantado gradualmente desde 2021, o Conecta DPE modernizou os fluxos institucionais, ampliando o acesso à justiça de forma digital, inclusiva e eficaz.
ALERTA 180	DPE-MT	O Projeto Alerta 180, da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, utiliza Business Intelligence e análise de dados para monitorar sistematicamente o tempo de permanência de pessoas privadas de liberdade, com foco nos marcos temporais de 45, 90 e 180 dias. Desenvolvido para enfrentar os desafios do sistema prisional superlotado e a escassez de recursos humanos, o projeto permite atuação proativa e estratégica da Defensoria, inclusive em casos sem atendimento anterior, prevenindo prisões indevidas e promovendo a dignidade da pessoa humana. A ferramenta já acompanha 17 unidades prisionais, com painéis interativos e alertas automatizados que fortalecem a articulação entre áreas jurídicas e tecnológicas. Com impacto real na efetividade, transparência e agilidade da atuação institucional, o Alerta 180 se destaca como uma boa prática replicável, com enorme potencial para outros estados que enfrentam problemas estruturais semelhantes no sistema penal.

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
Painel de Resultados - Gestão pública voltada para resultados	DPE-GO	O Painel de Resultados da Defensoria Pública de Goiás é uma solução de BI desenvolvida internamente para consolidar dados estratégicos dos sistemas institucionais (como Conecta DPE e SGA) e apresentar indicadores em tempo real. Utilizando Metabase, rotinas de ETL e Python, permite à alta gestão, coordenadores e núcleos especializados tomar decisões baseadas em evidências, com foco em eficiência, planejamento e transparência. A ferramenta organiza grandes volumes de dados dispersos, fortalecendo a governança institucional, otimizando recursos e promovendo melhoria contínua dos serviços prestados à população.
Portal de coleta e Painel de observatório nacional para o "Dia D" do programa "Meu pai tem nome"	DPE-GO	O Portal de Coleta e o Painel de Observatório Nacional foram desenvolvidos pela Defensoria Pública de Goiás para consolidar, em tempo real, os dados do evento nacional "Meu Pai Tem Nome – Dia D". A solução permite o registro padronizado de atendimentos e serviços em diversas defensorias estaduais, promovendo controle, transparência e eficiência na gestão da iniciativa. Com tecnologia própria e baixo custo, a ferramenta fortalece a visibilidade institucional e a formulação de políticas públicas com base em evidências, sendo pioneira na integração digital nacional de dados em programas sociais da Defensoria Pública.
ATILA , AgenTe de InteLigência Artificial da DPE-GO	DPE-GO	O ATILA é o agente de inteligência artificial da Defensoria Pública de Goiás, desenvolvido para facilitar o acesso ao acervo institucional por meio de consultas em linguagem natural. Integrando tecnologias como RAG, vetorização de PDFs e LLMs, ele oferece resumos e respostas contextualizadas sobre resoluções e normativas, promovendo agilidade e precisão. Criado com recursos internos e código aberto, o ATILA fortalece a gestão do conhecimento, a eficiência administrativa e a memória organizacional. Sua arquitetura permite expansão para outras áreas, como triagem de assistidos e assessoramento jurídico.

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
Estruturação da Assessoria de Administração Estratégica e de Inovação (AAEI-DPES)	DPE-ES	O projeto de criação da Assessoria de Administração Estratégica e de Inovação (AAEI) da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo propõe uma estrutura inovadora e estratégica, vinculada diretamente ao Gabinete do Defensor Público-Geral, com foco em promover a modernização institucional, gestão eficiente de projetos de inovação, uso ético de tecnologias emergentes como inteligência artificial e fortalecimento do planejamento baseado em dados. A AAEI atuará de forma transversal para otimizar processos internos, apoiar a tomada de decisões e fomentar uma cultura de inovação, beneficiando tanto os 905 colaboradores da instituição quanto os cerca de 500 mil cidadãos assistidos anualmente. Com metas claras e prazos definidos, o projeto busca ampliar o acesso à justiça com maior eficiência, transparência e impacto social, sendo referência replicável para outras defensorias estaduais.
Indicadores de Atendimentos da DPE/AC	DPE-AC	A Defensoria Pública do Acre criou a Plataforma de Indicadores de Atendimento, um painel público e interativo de Business Intelligence feito com Metabase, que exibe dados em tempo real dos atendimentos realizados nos 22 municípios do estado. A ferramenta permite consultas por município, área temática e período, promovendo transparência, controle social e apoio à gestão baseada em evidências. O sistema foi desenvolvido sem custos, utilizando tecnologia open source, e contou com capacitação interna em BI. A iniciativa fortalece a eficiência administrativa e aproxima a Defensoria da sociedade.
Despesas Administrativas	DPE-AC	A Defensoria Pública do Acre desenvolveu o painel "Despesas Administrativas" para visualizar, por município, os gastos operacionais da instituição. Utilizando Metabase e dados manuais da Diretoria-Geral, a ferramenta permite cruzar despesas com indicadores de atendimento, apoiando decisões mais estratégicas e racionais. A solução é pública, de baixo custo, e visa otimizar a alocação de recursos com base na realidade de cada unidade. É inovadora por individualizar dados financeiros em tempo real e integrar gestão orçamentária com desempenho institucional.

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
Defende.AI - Capacitação em IA na Prática	DPE-ES	O projeto Defende.AI, da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, é uma iniciativa pioneira voltada à capacitação prática de Defensores Públicos e suas equipes no uso estratégico da Inteligência Artificial, com foco inicial em "Engenharia de Prompts" para otimizar a redação de peças jurídicas. Com metodologia participativa, conteúdo personalizado por área de atuação (Criminal, Família, Cível, etc.) e uso de ferramentas acessíveis como ChatGPT e Google Gemini, o projeto busca aumentar a eficiência, padronização e qualidade dos documentos jurídicos. Liderado por equipes internas (CSIO e Assessoria de Inovação), o Defende.AI também prevê a criação de uma comunidade de prática, diretrizes éticas e compartilhamento contínuo de boas práticas, fortalecendo a imagem da DPES como instituição inovadora e impactando positivamente o acesso à justiça para a população assistida.

BOAS PRÁTICAS DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL, SEGURANÇA E SUSTENTABILIDADE TECNOLÓGICA

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
IA para Defensoria (Sofia Assessora)	DPE-PE	Em 2025, a Defensoria Pública de Pernambuco implantou a iniciativa "IA para Defensoria (Sofia Assessora)", um robô jurídico baseado em GPT-4o para automatizar a redação de peças e otimizar o atendimento jurídico. A IA gera documentos com linguagem técnica a partir de palavras-chave e orienta perguntas e documentos necessários desde a triagem. O projeto inclui capacitação online e já foi replicado em diversas defensorias do país. A prática reduziu significativamente o tempo de elaboração de peças e aumentou a produtividade. A ferramenta é segura, padronizada e de fácil adoção.
Mecanismo de Peticionamento Automatizado	DPE-AC	O Mecanismo de Peticionamento Automatizado utiliza o software Text Expander para inserir rapidamente modelos de petições e prompts jurídicos nos sistemas SEEU, SOLAR e ferramentas de IA, por meio de comandos personalizados. A solução é de baixo custo, fácil de implementar e não exige conhecimentos técnicos. Com isso, reduz o tempo de digitação, padroniza documentos, diminui erros e aumenta a produtividade. Também contribui para o bem-estar dos profissionais ao minimizar tarefas repetitivas. A prática gera dados sobre uso, facilitando diagnósticos e melhorias contínuas.

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
Sistema de Gerenciamento Integrado - SGI	DPE- AM	O SGI (Sistema de Gestão Integrada) da Defensoria Pública do Amazonas é uma plataforma administrativa multifuncional desenvolvida internamente com software livre. Utiliza Python, Django REST, PostgreSQL e ReactJS para gerenciar dados de membros, férias, diárias, cursos, processos seletivos e outros. Com mais de 20 módulos ativos, integra-se ao SEI e inclui inteligência artificial. A solução substituiu planilhas e documentos manuais, promovendo padronização, desempenho e eficiência. Apesar da alta demanda por módulos e limitações de equipe, o SGI avança continuamente desde 2022, alinhado aos objetivos estratégicos da DPE.
Defensor. IA - Solução de Inteligência Artificial da Defensoria Pública de São Paulo	DPE-SP	A Defensor.IA é uma plataforma de inteligência artificial desenvolvida pela Defensoria Pública de São Paulo para modernizar sua atuação, automatizando tarefas repetitivas e padronizadas — como minutas, petições e resumos processuais — sem comprometer a qualidade jurídica. Baseada em modelos de linguagem natural com integração semântica a conteúdos jurídicos específicos, a solução respeita rigorosamente os parâmetros da LGPD, mantendo a custódia institucional sobre dados sensíveis. Com impacto direto em mais de 5.800 profissionais e ganhos significativos de tempo e eficiência (economia de 22 mil horas/mês), a plataforma alia inovação, ética e soberania informacional. Além de amplamente adotada internamente, a Defensor.IA já atraiu interesse de instituições, consolidando-se como referência nacional em IA aplicada à justiça pública.
IA NA DEF - CHAT WORKSPACE	DPE-PR	O projeto "IA na DEF", da Defensoria Pública do Paraná, consiste na criação de um espaço colaborativo no Google Workspace para promover o uso prático e estratégico das ferramentas do Google e de Inteligência Artificial no cotidiano profissional. Em resposta à dificuldade de adoção plena dos recursos tecnológicos disponíveis, o projeto estruturou um chat ativo com mais de 120 participantes, integrando uma biblioteca de prompts para uso com o Gemini, links úteis para ferramentas de IA, tutoriais em vídeo e materiais educativos organizados em um Drive institucional. A iniciativa fomenta uma cultura de inovação contínua, aprendizado colaborativo e compartilhamento de boas práticas, fortalecendo a autonomia digital dos servidores. Sem custos adicionais e com alto engajamento, o projeto se consolida como boa prática replicável, especialmente útil para instituições públicas que buscam capacitar suas equipes em tecnologias emergentes de forma integrada, acessível e participativa.

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
DefGPT – Plataforma Inteligente para Eficiência na Defensoria	DPE-TO	O DefGPT é uma plataforma de inteligência artificial desenvolvida pela Defensoria Pública do Tocantins, com arquitetura multiagente capaz de automatizar tarefas jurídico-administrativas complexas, como resumos de atendimentos, análise de decisões e identificação de honorários. Com foco em eficiência e padronização, utiliza modelos de linguagem (LLMs) operando localmente ou em nuvem, e permite integração com sistemas já existentes. Criado para reduzir drasticamente o tempo dedicado a tarefas repetitivas, o DefGPT já demonstrou impacto concreto: um agente processa em um dia o equivalente a meses de trabalho humano. A plataforma é escalável, descentralizada e colaborativa, permitindo que outras Defensorias a adotem facilmente e criem novos agentes conforme suas necessidades. Ao liberar defensores para o atendimento humanizado e qualificado, o DefGPT fortalece o acesso à justiça e inaugura uma nova era de automação inteligente e soberania tecnológica no serviço público brasileiro.
Módulo Registro Fotográfico de Inventário de Bens	DPE-RO	Em 2024, a Defensoria Pública do Estado de Rondônia inovou na gestão de bens patrimoniais ao implementar, o registro fotográfico padronizado dos itens inventariados. A funcionalidade foi integrada ao sistema Athenas e ao aplicativo mobile de controle patrimonial, permitindo que cada bem fosse fotografado junto à plaqueta de identificação e a imagem enviada automaticamente ao sistema. A iniciativa solucionou fragilidades históricas, como inconsistências nos dados oriundos de planilhas e ausência de evidência visual dos bens, dificultando auditorias. Com o novo sistema, 100% do acervo passou a contar com imagens vinculadas, promovendo rastreabilidade, confiabilidade e maior transparência no controle patrimonial. O desenvolvimento foi realizado com recursos internos, sem custos adicionais, e envolveu compressão automática de imagens, armazenamento seguro em nuvem e integração total ao sistema de gestão.

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
SISTEMA INTEGRADO DE APOIO À GESTÃO - SIAG	DPE-RO	O SIAG, desenvolvido internamente pela Defensoria Pública de Rondônia, é uma plataforma web integrada que moderniza a gestão administrativa ao unificar em um único sistema os processos de contratos, licitações, execução orçamentária e transparência. Criado com tecnologias open-source (Django, PostgreSQL), o SIAG automatiza fluxos antes fragmentados, elimina planilhas paralelas e garante conformidade com a Lei 14.133/2021 por meio de integração direta com o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). A solução trouxe ganhos expressivos de eficiência e controle, elevando a transparência institucional — com destaque para a conquista do Selo Diamante da Atricon nos anos de 2023 e 2024. O sistema foi construído 100% por servidores da DPE-RO, sem custos externos, e se destaca por sua abordagem inovadora de governança digital, sendo um exemplo replicável de transformação administrativa no setor público.
Tanaka	DPE-CE	A ferramenta Tanaka, desenvolvida pela Defensoria Pública do Ceará, utiliza inteligência artificial para transcrever vídeos e áudios, especialmente de audiências. Entre suas funcionalidades estão a identificação de oradores, busca por termos, legendas sincronizadas, marcação de trechos e exportação de transcrições. Criada por equipe interna com base em tecnologias open source, a solução visa aumentar a eficiência e produtividade na análise jurídica, promovendo maior agilidade e precisão no atendimento e na preparação processual.
Martinha	DPE-CE	Martinha é uma ferramenta de inteligência artificial criada pela Defensoria Pública do Ceará para permitir a interação em tempo real com documentos em PDF, facilitando a análise de anexos processuais extensos. Com tecnologia de OCR e IA generativa, defensores podem fazer perguntas diretamente ao conteúdo dos documentos e obter respostas rápidas. Desenvolvida internamente em parceria com o SERPRO Multicloud, a solução melhora a produtividade no atendimento jurídico ao agilizar a leitura e interpretação de arquivos, especialmente em processos com alto volume de informação.
Aplicativo Sua Defensoria	DPE-CE	O aplicativo institucional da Defensoria Pública do Ceará foi desenvolvido para oferecer, em formato mobile, diversas funcionalidades essenciais ao cotidiano dos defensores públicos. Com módulos que vão de consulta processual e registro de atividades até gestão de RH, plantões e permutas, a ferramenta garante praticidade, agilidade e integração com os sistemas institucionais. Criado com apoio da empresa Wiser e da equipe interna da DPCE, o app proporciona maior produtividade, mobilidade e centralização de serviços, facilitando o acesso a informações e rotinas administrativas diretamente no celular.

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
AUTOMATO	DPE-SC	O AUTOMATO é uma ferramenta desenvolvida internamente pela Defensoria Pública que automatiza a transcrição de áudios e vídeos de qualquer duração, otimizando o trabalho de defensores, estagiários e servidores. Criado com tecnologias modernas como Django, React, PostgreSQL e Celery, o sistema elimina a necessidade de transcrições manuais de audiências, gerando ganhos significativos de produtividade. A plataforma combina dois mecanismos de transcrição: o serviço AWS Transcribe (pago por minuto) e o modelo Whisper da OpenAI (open-source e executado localmente), garantindo continuidade do serviço mesmo com restrições orçamentárias. O AUTOMATO exemplifica o uso estratégico da tecnologia para reduzir tarefas repetitivas e liberar tempo para atividades jurídicas mais qualificadas, sendo um modelo replicável de inovação funcional e acessível no setor público.
SIES	DPE-SC	O SIES, desenvolvido pela Defensoria Pública de Santa Catarina, é um sistema digital que automatiza e padroniza os processos seletivos de estágio e residência. Com backend em Django REST Framework, frontend em React com TypeScript e banco PostgreSQL, a plataforma permite cadastro, ranqueamento por IMAA, criação de rankings por entrevistas/provas e gestão integrada de candidatos. A solução substituiu processos manuais descentralizados, ampliando a transparência, reduzindo erros e otimizando o tempo de seleção. Implantado em um mês com recursos internos e infraestrutura em nuvem (AWS), o SIES modernizou a triagem de candidatos e promoveu ganhos relevantes em eficiência institucional.
SRE - Sistema de Resposta Emergencial	DPE-SC	O Sistema de Resposta Emergencial da Defensoria Pública é uma solução de segurança automatizada, desenvolvida com tecnologia low-code e integrada a canais como WhatsApp, Push e Google Chat, para acionamento discreto e ágil em situações de risco durante atendimentos. Criado internamente sem custos iniciais, o sistema promove a proteção física e emocional de servidores públicos, garantindo resposta padronizada e silenciosa sem demandar infraestrutura complexa. Com foco em simplicidade, escalabilidade e eficiência, a ferramenta já demonstrou efetividade em situações reais e pode ser facilmente adaptada por outras instituições com atendimento ao público.

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
Calculadora de pensão alimentícia	DPE-GO	A Calculadora de Pensão Alimentícia da DPE-GO, agora integrada ao Conecta DPE, é uma ferramenta estratégica que padroniza e agiliza o cálculo de pensões durante atendimentos jurídicos. Desenvolvida com recursos internos e baseada em critérios objetivos (como renda e número de filhos), ela oferece simulações instantâneas, fortalecendo a atuação conciliatória e aumentando a segurança jurídica das orientações. A solução reduz o tempo de atendimento, melhora a qualidade da mediação e promove mais confiança dos assistidos. Sua implementação representa um avanço significativo em tecnologia aplicada ao direito de família.
Calculadora de Datas	DPE-GO	A Calculadora de Datas da DPE-GO é uma ferramenta digital desenvolvida para automatizar e padronizar cálculos jurídicos na execução penal, como progressão de regime, remição e contagem de prazos. Criada com recursos internos e integrada ao fluxo institucional, ela reduz erros, aumenta a produtividade e qualifica as análises processuais. Com interface intuitiva e parâmetros validados por especialistas da área criminal, promove eficiência, segurança jurídica e impacto direto na qualidade do atendimento aos assistidos. É uma solução de baixo custo e alto impacto voltada à racionalização do trabalho técnico na Defensoria.
Sistema de Gestão para Folgas Compensatórias	DPE-GO	O Sistema de Gestão para Folgas Compensatórias da DPE-GO é uma ferramenta digital que automatiza e padroniza o processo de solicitação, aprovação e controle de folgas para defensores e assessores. Desenvolvido com recursos internos, elimina processos manuais e informais, promove rastreabilidade e transparência, e permite ao usuário optar entre gozo ou indenização da folga, com fluxos específicos de validação. A solução fortalece a gestão institucional, valoriza o bem-estar dos profissionais e moderniza uma rotina sensível da administração pública com agilidade, segurança e escalabilidade.
Portal da Transparência	DPE-GO	O Portal da Transparência da DPE-GO é uma solução digital que centraliza dados públicos em uma única plataforma moderna e responsiva, promovendo transparência ativa, controle social e eficiência administrativa. Desenvolvido com recursos internos e integrado aos sistemas institucionais, o portal automatiza a atualização de informações como orçamento, contratos, estrutura e remuneração. Reconhecido com o Selo Diamante em transparência pública, o sistema fortalece a governança, reduz a burocracia e melhora a comunicação com a sociedade, tornando a Defensoria uma referência nacional em gestão da informação e prestação de contas.

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
Sistema de Gestão de Prestação de Contas do Fundo Rotativo	DPE-GO	O Sistema de Gestão de Prestação de Contas do Fundo Rotativo (SPContas) da DPE-GO digitalizou e centralizou o controle financeiro, eliminando processos manuais e reduzindo erros. Com foco em eficiência, transparência e governança, permite conciliações bancárias, registros de empenhos, restituições e relatórios em tempo real. Desenvolvido com recursos internos e adaptável a normas futuras, o sistema fortalece a responsabilidade fiscal, padroniza procedimentos e melhora a tomada de decisões. É um modelo de gestão financeira moderna, orientada por resultados e confiável tanto para a instituição quanto para órgãos de controle.
Arquitetura de Rede Resiliente com Data Center Distribuído e parceria estratégica com Governo do Estado	DPE-GO	A arquitetura distribuída de rede e data centers da DPE-GO estabeleceu um ambiente tecnológico robusto e resiliente, com três data centers interligados e integração com o Data Center do Governo do Estado. A topologia em anel com enlaces MPLS e SDWAN garante alta disponibilidade, replicação de dados e contingência eficaz, protegendo os serviços institucionais contra falhas. A solução promoveu economia de mais de R$ 5,9 milhões em 48 meses, além de aumentar a segurança com uso de WAF estadual. Executado com equipe interna e recursos próprios, o projeto reforça a continuidade dos serviços e a modernização da infraestrutura pública.
Consolidação e Análise de Logs com baixo TCO	DPE-GO	O projeto de Consolidação e Análise de Logs com baixo TCO (Custo Total de Propriedade) modernizou o monitoramento de eventos de TI com uso exclusivo de tecnologias open source como Elasticsearch, Logstash, Kibana, APM, Syslog e Grafana. Implantado de forma distribuída em três data centers, centralizou logs de servidores, aplicações e dispositivos de rede, viabilizando análise em tempo real, histórico de eventos e maior segurança da informação. A iniciativa, executada com infraestrutura e equipe interna, promoveu eficiência operacional, redução de custos e autonomia técnica, consolidando-se como solução estratégica e inovadora na governança de TI institucional.
E-Clipse	DPE-DF	O sistema E-clipse, criado pela Defensoria Pública do DF, automatiza o envio e avaliação das peças produzidas por defensores em estágio probatório, promovendo padronização, agilidade e segurança. Desenvolvido com Next.js e Node.js, o sistema realiza triagem automática, distribui as peças de forma anonimizada entre avaliadores e integra todas as etapas em um fluxo auditável. A ferramenta reduz a burocracia, fortalece a governança e melhora a eficiência da Corregedoria, sem custos adicionais além dos já previstos para o Laboratório Júnior da DPDF, responsável pelo desenvolvimento.

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
ILOVEDPE	DPE-AC	O ILOVEDPE é uma plataforma segura e local de manipulação de arquivos PDF, criada pela Defensoria Pública do Acre com base no software livre StirlingPDF. Hospedada no datacenter institucional, a ferramenta oferece mais de 50 funcionalidades, como mesclar, dividir e proteger PDFs, garantindo conformidade com a LGPD e eliminando riscos associados a serviços externos. Substitui o uso de plataformas públicas como ILOVEPDF, promovendo autonomia, segurança e eficiência nos fluxos administrativos. É gratuita, de fácil acesso interno e foi totalmente desenvolvida com recursos próprios da instituição.
DPESIGN	DPE-AC	O DPESIGN é um sistema de assinatura eletrônica de documentos PDF desenvolvido pela Defensoria Pública do Acre para autenticar arquivos com validade institucional, sem a necessidade de certificado digital. A ferramenta, integrada à intranet, permite assinaturas simples ou múltiplas, com registro de dados como nome, cargo, data, hora e código verificador, conforme a Lei nº 14.063/2020. Substitui as antigas certidões manuais de validação, agiliza processos administrativos e fortalece a segurança documental. Foi criado com recursos internos, sem custos adicionais, e destaca-se pela praticidade, segurança e adequação à LGPD.
Diário de Bordo Eletrônico	DPE-AC	O Diário de Bordo Eletrônico da Defensoria Pública do Acre é um sistema digital que organiza e registra todas as viagens oficiais com veículos institucionais, substituindo controles manuais por uma solução automatizada e transparente. Dividido entre plataforma web e aplicativo móvel, permite solicitação, execução e rastreamento de deslocamentos com dados como rota, horário, condutor e quilometragem. A ferramenta garante controle, rastreabilidade, economia e segurança no uso da frota, facilitando auditorias e decisões logísticas. O sistema, de baixo custo e fácil acesso, fortalece a governança e a eficiência administrativa sobre bens públicos móveis.

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
Gestão Automatizada e Integrada da Infraestrutura de TI	DPE-MG	O projeto apresenta uma solução estratégica para a gestão automatizada e integrada de infraestrutura tecnológica, enfrentando desafios comuns como a ausência de documentação técnica estruturada, processos manuais e demora na entrega de ambientes. Por meio da automação com ferramentas open source como Terraform, Ansible, Git e NetBox, aliada à documentação centralizada e práticas de integração e entrega contínuas (CI/CD), a iniciativa promoveu ganhos expressivos em eficiência, segurança, disponibilidade e comunicação entre equipes técnicas. Com impacto direto na redução de tempo para provisionamento de ambientes e aumento da performance das aplicações, o projeto demonstra ser uma boa prática replicável, especialmente para Defensorias Públicas que buscam padronização, agilidade operacional e compartilhamento de conhecimento técnico de forma sustentável e com baixo custo de implementação.

BOAS PRÁTICAS EM EXPERIÊNCIA DIGITAL E ACESSO À JUSTIÇA PARA O CIDADÃO

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
Aplicativo da Defensoria Pública do Estado da Bahia	DPE- BA	A Defensoria Pública da Bahia desenvolveu um aplicativo e site de agendamento online para facilitar o acesso aos seus serviços, complementando canais como o Disque 129 e o chatbot. A plataforma, integrada com inteligência artificial para triagem e notificações em tempo real, permite agendamentos ágeis e acessíveis, especialmente para populações vulneráveis. O sistema visa reduzir a sobrecarga presencial, democratizar o acesso à justiça e otimizar os atendimentos. Com design inclusivo e integração aos bancos de dados da DPE/BA, promove eficiência, inclusão digital e melhor gestão de demandas, apesar de desafios com infraestrutura e barreiras digitais.
Calculadora de Execução Penal	DPE-CE	A Calculadora de Execução Penal, desenvolvida pela Defensoria Pública do Ceará, oferece uma ferramenta confiável e didática para projeção de datas de progressão de regime, livramento condicional e término de pena. Considera as atualizações do Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/19) e precedentes recentes, sendo um contraponto ao SEEU. Criada com recursos internos e voltada a defensores e estagiários da área criminal, a ferramenta visa simplificar cálculos complexos e aumentar a precisão na execução penal, com foco em acessibilidade, clareza e segurança jurídica.

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
Assinador do Assistido	DPE-AL	O Assinador do Assistido (A2) é um microserviço criado para facilitar o envio e a assinatura de documentos pelos assistidos das Defensorias Públicas, eliminando a necessidade de comparecimento presencial. Integrado via webhook, o A2 utiliza canais populares como WhatsApp e SMS para autenticar a identidade do usuário com perguntas de segurança e permitir a assinatura digital ou envio de documentos. Com foco na simplicidade e acessibilidade, é uma alternativa leve e eficaz ao GOV.BR, ideal para o público das DPEs. Desenvolvido em Django e Next.js, o A2 é integrável, seguro e de rápida adoção.
Defensoria Protetiva	DPE-MA	A Defensoria Pública criou uma solução 100% digital para permitir que mulheres em situação de violência doméstica solicitem medidas protetivas com segurança, agilidade e sem a necessidade de deslocamento físico. Desenvolvido com recursos próprios e acessível por dispositivos móveis ou computadores, o sistema prioriza simplicidade e inclusão, exigindo apenas informações essenciais. Inova ao permitir o relato de fatos por áudio com transcrição automática via Inteligência Artificial, gerando petições automaticamente e alertas para resposta imediata. A ferramenta amplia o acesso à justiça, oferecendo acolhimento digital eficaz e humanizado.
Sírio	DPE-PA	O Sírio, da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE/PA), é um assistente virtual com inteligência artificial que automatiza o atendimento inicial ao público via WhatsApp e web. Integrado ao sistema SOLAR, ele coleta dados, agenda atendimentos e gera minutas automaticamente, otimizando o tempo dos defensores. Desenvolvido com Spring Boot, PostgreSQL, ActiveMQ, STOMP e infraestrutura OpenShift, o Sírio já realiza cerca de 500 atendimentos diários. A solução moderniza o fluxo de entrada, amplia o acesso remoto aos serviços, automatiza tarefas repetitivas e fornece dados estratégicos para a gestão, com foco em produtividade, inclusão e eficiência institucional.

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
TERRITÓRIO DE DIREITOS - SISTEMA DE ATENDIMENTO FUNDIÁRIO (SAF)	DPE-MT	O Sistema de Atendimento Fundiário (SAF), desenvolvido pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, é uma solução tecnológica inovadora voltada à coleta, organização e análise de dados de famílias em áreas de conflito fundiário coletivo, urbanas e rurais. O projeto substitui o antigo processo manual de fichas físicas por uma plataforma web georreferenciada, integrada a banco de dados em nuvem, que permite à equipe técnica mapear vulnerabilidades sociais, gerar relatórios socioterritoriais qualificados e subsidiar a atuação institucional em Comissões Regionais e processos judiciais. Com isso, o SAF promove atuação mais rápida, humanizada e estratégica da Defensoria Pública, como ocorreu no caso da Comunidade São Jorge (Aripuanã/MT), onde sua aplicação resultou na permanência de famílias vulneráveis em seus territórios, revertendo decisão de reintegração de posse. Com registro de patente, integração multidisciplinar, uso de metodologias ágeis, BI e tecnologias de código aberto, o projeto se destaca como uma boa prática replicável, de baixo custo, com forte impacto social e alinhada à missão da Defensoria de garantir o direito à moradia e à dignidade às populações hipervulneráveis.
AMPARA - Atendimento à Mulher Paranaense pela Defensoria Pública do Estado do Paraná	DPE-PR	O Projeto AMPARA – Atendimento à Mulher Paranaense pela Defensoria Pública do Paraná – é uma iniciativa inovadora que utiliza atendimento remoto especializado, tecnologia digital e uma equipe multidisciplinar exclusivamente feminina para garantir acesso à justiça a todas as mulheres em situação de violência doméstica no estado, superando barreiras geográficas e estruturais. Com foco em Medidas Protetivas de Urgência e ações de família (inicialmente para vítimas de feminicídio tentado), o projeto assegura acolhimento humanizado, sigilo e suporte jurídico e psicossocial, mesmo em localidades sem presença física da Defensoria. Alinhado à legislação e às diretrizes nacionais de atendimento à mulher, o AMPARA já apresenta impacto direto na ampliação do acesso à justiça, cobertura estadual e integração com políticas públicas, como o Auxílio Social Mulher Paranaense. Sem necessidade de novos recursos externos, a prática demonstra alta viabilidade, efetividade e potencial de replicação em outras Defensorias, sendo referência em inovação no enfrentamento à violência de gênero.

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
TribusDPE	DPE-TO	O TribusDPE, projeto da Defensoria Pública do Tocantins, propõe a criação de uma plataforma digital multilíngue para atendimento jurídico de povos indígenas e comunidades quilombolas, integrando tecnologia acessível, design centrado no usuário e sensibilidade cultural. Desenvolvido em parceria com lideranças tradicionais, o sistema funcionará online e offline, com interface em línguas nativas, comandos de voz, materiais explicativos e glossários jurídicos adaptados, respeitando a Convenção 169 da OIT. A solução busca superar barreiras linguísticas, geográficas, culturais e digitais, promovendo o acesso qualificado à justiça e a autonomia das comunidades. Em fase inicial, o projeto atenderá mais de 30 mil pessoas de diferentes etnias e territórios quilombolas, com escalabilidade técnica para novas línguas e funcionalidades. Trata-se de uma proposta inédita no Brasil, que alia justiça digital inclusiva, respeito à diversidade e inovação aplicada à transformação social em territórios historicamente marginalizados.
ZecaDPE (Zona de Esclarecimento e Consulta Ágil da DPE) - Assistente de Gabinete	DPE-MT	O Assistente de Gabinete, desenvolvido pela Defensoria Pública de Mato Grosso, é uma solução tecnológica baseada em inteligência artificial que transforma a rotina dos gabinetes jurídicos com automação inteligente, transcrição de mídias, análise processual e padronização de peças jurídicas. A plataforma integra quatro módulos principais em uma interface intuitiva, promovendo maior eficiência, precisão e produtividade às equipes dos defensores públicos. Construída com tecnologias modernas (Next.js, AWS, LLMs, Textract, Gemini API), a ferramenta já conta com mais de 150 usuários ativos e apresentou resultados significativos, como economia de tempo, padronização de documentos e apoio qualificado à tomada de decisão. Desenvolvido com equipe multidisciplinar e em conformidade com o Plano Diretor de TI da DPEMT, o projeto representa uma boa prática replicável, segura e sustentável, para modernização da gestão jurídica pública.

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
APLICATIVO DEFENSORIA PÚBLICA MT	DPE-MT	O aplicativo "Defensoria Pública MT", desenvolvido internamente pela Defensoria Pública de Mato Grosso, é uma solução digital voltada à democratização do acesso aos serviços jurídicos, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade e residentes em regiões de difícil acesso. Integrado ao sistema SOLAR e ao Gov.br, o aplicativo permite agendamento de atendimentos, consulta de processos, emissão de declaração de hipossuficiência, acesso à ouvidoria, localização de unidades e acompanhamento de audiências, tudo por meio do celular. Desenvolvido com base em metodologias ágeis e arquitetura mobile nativa, promove eficiência, transparência, inclusão digital e fortalecimento da cidadania. Com infraestrutura em nuvem e foco na segurança da informação, a iniciativa se destaca como boa prática replicável, com potencial de ampliação para outras Defensorias que buscam modernizar e humanizar o atendimento ao público.
Aplicativo Conecta DPE - Conecta DPE - Melhorando a jornada do(a) assistido(a)	DPE-GO	O Aplicativo Conecta DPE, desenvolvido pela Defensoria Pública de Goiás, é uma solução digital que permite aos assistidos acompanhar, de forma segura e em tempo real, seus atendimentos, intimações e movimentações processuais. Integrado ao sistema institucional, promove inclusão digital, transparência e autonomia ao cidadão, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Criado com recursos internos e baseado em princípios de acessibilidade e usabilidade, o app representa um marco na transformação digital da Defensoria, aproximando tecnologia e justiça com foco na experiência do usuário.
ChatMeeting - Atendimento integrado por mensagem	DPE-GO	O ChatMeeting – Atendimento Integrado por Mensagem da Defensoria Pública de Goiás é uma solução inovadora que utiliza um chatbot inteligente para realizar a triagem jurídica inicial dos assistidos de forma automatizada, segura e acessível. O sistema organiza as informações coletadas e as encaminha para atendimento virtual por assessores, promovendo maior agilidade, acessibilidade e eficiência no serviço prestado. Desenvolvido com tecnologia própria e infraestrutura existente, o projeto representa uma mudança estratégica no acolhimento jurídico, ao reduzir gargalos operacionais, descentralizar o atendimento presencial e aproximar a justiça da população mais vulnerável.

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem da Escola Superior da Defensoria Pública	DPE-GO	O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Defensoria Pública do Estado de Goiás é uma solução estratégica para capacitação institucional contínua, promovendo acesso democrático, flexível e padronizado à formação profissional. Desenvolvido com recursos e infraestrutura interna, o AVA utiliza tecnologia de baixo custo (como Moodle) e é gerenciado pela Escola Superior e pela equipe de TI, garantindo sustentabilidade e autonomia. A plataforma oferece cursos, trilhas de aprendizagem e certificações, fortalecendo a cultura de aprendizado permanente, reduzindo custos logísticos e ampliando a qualidade dos serviços prestados à população vulnerável.
Aurora - Dia da Mulher	DPE-DF	O sistema Aurora, desenvolvido pela Defensoria Pública do Distrito Federal, automatiza o atendimento no evento "Dia da Mulher", otimizando processos e integrando-se ao sistema SOLAR. Criado em apenas dois meses pela equipe do Laboratório Júnior, utiliza React.js, Tailwind CSS e Node.js. Reduziu filas e o tempo de atendimento, eliminou registros manuais e passou a gerar relatórios gerenciais automáticos. Com zero custo adicional, promoveu maior eficiência operacional, melhorou a experiência dos assistidos e fortaleceu a governança digital, demonstrando alto impacto institucional com baixo investimento.
	DPE-ES	O projeto Autoatendimento Virtual Assíncrono com Petição Redigida por IA da Defensoria Pública do Espírito Santo (DPES) representa uma inovação disruptiva no atendimento jurídico, ao permitir que cidadãos relatem suas demandas e enviem documentos online, de forma assíncrona, sem necessidade de atendimento presencial. Utilizando a IA Claude 4.7 com metodologia RAG e revisão humana, o sistema reduz drasticamente o tempo de elaboração de petições (de 60 para cerca de 8 minutos), aumentando a eficiência, a padronização e a qualidade das peças processuais. Com impacto direto na população hipossuficiente, a iniciativa melhora o acesso à justiça, reduz custos operacionais, otimiza recursos humanos e amplia a capacidade de atendimento da Defensoria. O modelo é escalável, replicável e já apresenta resultados mensuráveis com milhares de acessos mensais, tornando-se uma referência nacional em modernização e eficiência no serviço público jurídico.

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
Modernização e Otimização da Triagem e Atendimento Inicial por meio de IA	DPE-ES	O projeto AssessorDEF Triagem da Defensoria Pública do Espírito Santo (DPES) é um assistente virtual desenvolvido com tecnologia de IA generativa (GPT) e RAG, com base no "Roteiro de Triagem e Atendimento Inicial". Ele transforma um manual extenso e técnico em uma interface de consulta conversacional ágil e precisa, capacitando atendentes da triagem com respostas instantâneas, padronizadas e juridicamente seguras. Criado sem custos diretos, com recursos e conteúdos internos, o projeto reduz o tempo de atendimento, facilita o treinamento de novos colaboradores, melhora a experiência do cidadão e eleva a eficiência institucional. Trata-se de uma inovação frugal, replicável e de alto impacto, que alia tecnologia, usabilidade e inteligência institucional para fortalecer o acesso à justiça.
DEFENSORIA COLABORATIVA - CASOS MENOS COMPLEXOS SOLUCIONADOS DIRETAMENTE PELA TRIAGEM	DPE-ES	O projeto Defensoria Colaborativa, da Defensoria Pública do Espírito Santo (DPES), transforma o setor de triagem em um polo ativo de resolução extrajudicial para demandas de baixa complexidade, eliminando a necessidade de agendamentos futuros. Com coordenação centralizada de um Defensor Público e equipes capacitadas, o modelo permite a elaboração imediata de ofícios e soluções administrativas, utilizando recursos humanos e tecnológicos já existentes. A iniciativa já solucionou centenas de casos em seu primeiro ano, reduzindo tempo de espera, aumentando a satisfação dos assistidos e otimizando o uso dos recursos institucionais. Com custo quase nulo e fácil replicabilidade, a Defensoria Colaborativa representa uma mudança de paradigma na porta de entrada do acesso à justiça.
Defensoria Cidadã aos Sábados: Ampliando o Acesso à Justiça e Fortalecendo Direitos no Espírito Santo	DPE-ES	O programa Defensoria Cidadã aos Sábados, implantado pela Defensoria Pública do Espírito Santo (DPES) desde abril de 2023, ampliou significativamente o acesso à justiça ao oferecer atendimento presencial sem agendamento das 8h às 12h aos sábados. Voltado principalmente para trabalhadores, estudantes e cuidadores impossibilitados de comparecer em dias úteis, o projeto já realizou mais de 5.500 atendimentos. Com uso exclusivo de recursos humanos e estruturais já existentes, a iniciativa garante qualidade e eficiência equivalentes aos dias úteis, com impacto orçamentário mínimo. Trata-se de uma solução inovadora, de alto impacto social e baixa complexidade de replicação, que consolida a DPES como referência nacional em inclusão jurídica e modernização do serviço público.

Nome do Projeto	Órgão	Breve Descrição
Agendamento de Atendimentos	DPE-AC	O sistema de agendamentos da Defensoria Pública do Acre organiza e distribui online as vagas de atendimento jurídico presencial, permitindo ao cidadão agendar por área, data e localidade. Criado durante a retomada pós-COVID-19, substitui filas e aglomerações por um processo previsível, eficiente e integrado ao sistema SOLAR, que pré-cadastra os assistidos e agiliza a triagem. Desenvolvido internamente, o sistema fortalece o planejamento institucional, melhora a experiência do usuário e otimiza o uso dos recursos humanos da DPE/AC. É uma solução de baixo custo, com alto impacto e transparência.
Portal do Candidato	DPE-AC	O Portal do Candidato é uma plataforma digital criada pela Defensoria Pública do Acre para centralizar e automatizar todos os processos seletivos da instituição, como os de estágio e cargos comissionados. Desenvolvido com Angular e NestJS, permite inscrição online, emissão automatizada do DAE e validação do pagamento sem intermediação de terceiros. A solução promove transparência, reduz burocracia, assegura controle financeiro e melhora a experiência dos candidatos. É totalmente digital, rastreável, e substitui práticas manuais, representando um avanço na gestão pública e na autonomia tecnológica da DPE/AC.

Recomendações Estratégicas e Perspectivas de Ação



A análise dos dados evidencia que muitas Defensorias Públicas ainda enfrentam limitações significativas em sua infraestrutura tecnológica. A baixa adoção de soluções como computação em nuvem, integração entre sistemas e inteligência artificial revela um cenário marcado por sistemas legados, desconectados e com reduzida capacidade de resposta. Esse contexto dificulta a automação de processos, o intercâmbio eficiente de informações entre áreas e a oferta de serviços digitais integrados ao ecossistema de justiça. A ausência de plataformas robustas e de ambientes tecnológicos seguros e escaláveis limita ainda mais o potencial de transformação digital das instituições.

Essas limitações estruturais são agravadas pela falta de um planejamento estratégico de tecnologia, o que leva à adoção de soluções paliativas e à dependência de suporte técnico externo, mesmo para demandas básicas. Essa condição torna inviável a implementação de soluções mais avançadas, como manutenção preditiva, canais digitais inteligentes ou ferramentas analíticas de apoio à decisão.

Por outro lado, o cenário não é homogêneo. Há sinais concretos de avanço: diversas Defensorias já iniciaram projetos relevantes de modernização, como a adoção de plataformas colaborativas — Google Workspace, Microsoft 365, entre outras — com foco em ampliar a produtividade, reduzir atritos operacionais e qualificar o atendimento ao público. Esses investimentos demonstram um esforço real para fortalecer a infraestrutura digital e preparar as instituições para um novo patamar de maturidade tecnológica.

No entanto, a transformação digital não se limita à introdução de novas ferramentas: exige também uma mudança profunda na cultura organizacional. Os dados da pesquisa revelam que, mesmo onde existem iniciativas inovadoras, elas muitas vezes não estão incorporadas à cultura institucional. A resistência à mudança se manifesta na baixa adesão a metodologias contemporâneas, como o design centrado no usuário e as práticas ágeis de desenvolvimento, fundamentais para promover inovação alinhada às reais necessidades sociais. Essa resistência também se reflete na dificuldade de consolidar indicadores de desempenho digital, sinalizando uma cultura ainda distante da gestão orientada por dados.

Apesar desses desafios, observa-se uma transição em curso. Cerca de um terço das Defensorias já implantou laboratórios de inovação, que vêm se consolidando como espaços de experimentação, prototipagem e disseminação de novas práticas. Paralelamente, várias instituições estão elaborando

ou atualizando seus Planos Diretores de Tecnologia da Informação (PDTIs), buscando alinhar suas prioridades tecnológicas às estratégias institucionais de médio e longo prazo. Esses movimentos representam passos importantes para superar barreiras culturais e consolidar uma visão mais moderna, colaborativa e estratégica da transformação digital.

Outro desafio estruturante identificado na pesquisa é a escassez de profissionais qualificados na área de tecnologia. Muitas Defensorias operam com equipes de TI reduzidas — ou até inexistentes — o que compromete sua capacidade de entrega, inovação e segurança. A sobreposição de funções, a indefinição de papéis e a falta de formação técnica contínua limitam não apenas a operação, mas também a possibilidade de planejamento e inovação. A ausência de profissionais especializados em áreas-chave como segurança da informação, ciência de dados e arquitetura de soluções reduz a autonomia tecnológica e expõe as instituições a riscos operacionais relevantes.

Apesar dessas limitações, há avanços em curso. Algumas Defensorias vêm buscando parcerias com escolas de governo, instituições públicas e universidades para promover a qualificação técnica de suas equipes. Há também esforços, ainda que incipientes, para estruturar carreiras técnicas e valorizar os profissionais da área de tecnologia. Embora esses avanços sejam desiguais entre os estados, eles indicam uma crescente percepção da importância da capacitação como elemento estratégico da transformação digital. A consolidação dessas iniciativas depende de políticas institucionais contínuas de formação e valorização da área de TI como componente essencial à missão institucional.

A sustentabilidade financeira das iniciativas digitais também se apresenta como um desafio central. Muitos órgãos ainda não contam com um orçamento de TI estruturado, com alocação definida por projetos ou áreas estratégicas. Isso dificulta o planejamento plurianual, compromete a previsibilidade dos investimentos e obriga as áreas técnicas a operarem de forma reativa. Em vários casos, os recursos estão dispersos em diferentes centros de custo ou vinculados a rubricas genéricas, o que dificulta o controle e a transparência dos investimentos em tecnologia.

Entretanto, também nesse eixo há sinais de progresso. Algumas Defensorias já implementaram mecanismos de controle orçamentário específicos para TI e vêm direcionando parte dos seus recursos para iniciativas de inovação. A adoção de métricas comparáveis, como as apresentadas nesta pesquisa, pode contribuir para a construção de um ambiente mais eficiente, orientado

por resultados e que promova equilíbrio entre a manutenção de sistemas e a adoção de novas soluções. Práticas de benchmarking entre Defensorias podem fortalecer essa trajetória e otimizar a alocação de recursos públicos.

Diante dos dados levantados e das evidências identificadas, é possível extrair recomendações estratégicas que orientem o avanço das Defensorias Públicas em direção a uma transformação digital mais sólida, equitativa e coordenada. Os resultados desta pesquisa podem e devem ser utilizados como base para diagnósticos internos, definição de metas e planejamento de ações concretas em cada um dos eixos analisados: infraestrutura, cultura organizacional, capacitação técnica e sustentabilidade orçamentária. A partir desse diagnóstico, propõe-se a construção de um **Plano Nacional de Transformação Digital das Defensorias Públicas**, que estabeleça diretrizes comuns, metas progressivas e mecanismos de cooperação técnica entre estados. É fundamental, ainda, fortalecer a articulação com o **ecossistema da justiça** — incluindo tribunais, Ministério Público, universidades, organizações da sociedade civil e centros de pesquisa — para ampliar o intercâmbio de dados, integrar soluções tecnológicas e promover inovações centradas na garantia de direitos. O fortalecimento de redes colaborativas e ações interinstitucionais será decisivo para enfrentar desafios estruturais, acelerar a transformação digital e assegurar que as Defensorias estejam preparadas para responder de forma efetiva, inclusiva e tecnológica às demandas contemporâneas da sociedade.

Além de subsidiar diagnósticos e estratégias em nível nacional, esta pesquisa também representa uma poderosa ferramenta para uso interno em cada Defensoria. Os dados coletados oferecem uma oportunidade concreta para revisar os planejamentos estratégicos de TI, identificar lacunas, pontos fortes e prioridades específicas. A análise comparativa dos indicadores permite o estabelecimento de metas realistas, alinhadas com padrões de maturidade digital mais avançados. Os resultados também incentivam o diálogo entre instituições, criando oportunidades de **cooperação técnica, intercâmbio de experiências e disseminação de boas práticas**. O contato com Defensorias que se destacaram em determinados eixos pode acelerar a curva de aprendizado e apoiar soluções mais eficazes, especialmente em contextos com restrições de recursos. Dessa forma, a pesquisa se consolida não apenas como um retrato do presente, mas como um instrumento ativo de transformação, orientação estratégica e construção coletiva do futuro digital da Defensoria Pública.



Referências

GARTNER, Inc. **Scorecard de Execução Digital**. Stamford, CT: Gartner, 2024. (ID G00766846). Disponível em: https://www.gartner.com/document-reader/document/4012567. Acesso em: 6 jun. 2025.

GARTNER, Inc. **Dados de Métricas-Chave de TI 2025: Medidas do Setor — Governo — Análise Estadual e Local**. Stamford, CT: Gartner, 2024. (ID G00822069). Disponível em: https://www.gartner.com/document-reader/document/5972371. Acesso em: 6 jun. 2025.

LACHECA, Dean. **Técnicas e Tecnologias Utilizadas pelos Governos em uma Jornada Pós-Digital**. Stamford, CT: Gartner, 2023. (ID G00799641). Disponível em: https://www.gartner.com/document-reader/document/4948031. Acesso em: 6 jun. 2025.



Créditos e Agradecimentos

Equipe Técnica e Instituições Envolvidas

Este trabalho contou com a colaboração de uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais de diversas instituições comprometidas com a inovação e a eficiência na gestão pública:

Coordenação Técnica e Estratégica

Matheus Munhoz — Defensor Público-Geral, Defensoria Pública do Estado do Paraná

Nicholas Silva — Defensor Público, responsável pela área de Tecnologia da Informação, Defensoria Pública do Estado do Paraná

Rafael de Tarso Schroeder — Assessor de Planejamento e Estratégia, Defensoria Pública do Estado do Paraná

Apoio Especializado

Giovanni Pengue Filho — Executive Partner, Gartner

Equipe Técnica

Profissionais da Assessoria de Planejamento e Estratégia da Defensoria Pública do Estado do Paraná, responsáveis pela análise, revisão de texto e aplicação dos dados, adaptação de metodologias e integração dos indicadores aos processos institucionais.

Equipe Gráfica e Editorial

Responsável pela diagramação e adequação visual dos materiais de apoio e apresentações técnicas.



